



Índice

- 01** [Cepal prepara relatório para conferência da ONU sobre povos indígenas](#)
- 02** [Cultura: Festival Huni Kuin Xinã Bena reúne comunidades indígenas Aldeia Lago Lindo](#)
- 03** [Marina Silva recua sobre demarcação de Terras Indígenas](#)
- 04** [Escola de enfermagem forma primeira aluna indígena na UFRS](#)
- 05** [Arquitetura de indígenas ricos vira atração turística na Bolívia](#)
- 06** [Antropólogos americanos descobrem benefícios em trabalhar mais](#)
- 07** [Lançamento oficial dos Jogos Indígenas deve acontecer no final de setembro](#)
- 08** [No Paraná, indígenas correm o risco de serem expulsos de terra já reconhecida pelo Ministério da Justiça](#)
- 09** [Projeto promove oficinas de fotografia em comunidade quilombola](#)
- 10** [Abertura de estrada vai beneficiar comunidade quilombola](#)
- 11** [Artesãos quilombolas de Ipanguaçu participam da Feira de turismo rural na Paraíba](#)
- 12** [Comunidades Ribeirinhas do Baixo São Francisco participam de curso sobre gestão hídrica](#)
- 13** [Encontro Pan-Amazônico reflete sobre os desafios da missão e cria Rede Eclesial](#)
- 14** [Na Amazônia, índios acusam governo de manipulação em consulta sobre saúde](#)



- 15 Festa de comemoração dos 4 anos de criação do Museu indígena Jenipapo-Kanindé
- 16 Semana do Cerrado: 08 a 13 de setembro, no Norte de Minas e Oeste da Bahia
- 17 RR – MPF recebe denúncia sobre irregularidades no transporte escolar na Comunidade Indígena Serra da Moça
- 18 “Quem tem recursos naturais tem poder”: Seminário Nordeste debate Modelo Energético
- 19 Índice de progresso social na Amazônia é inferior à média nacional
- 20 Índios realizam operação para conter desmatamento em área do Maranhão
- 21 “Ocupar as ruas e praças por liberdade e direitos”
- 22 Festa de comemoração dos 4 anos de criação do Museu indígena Jenipapo-Kanindé
- 23 Carta aberta à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) do Brasil
- 24 Nota sobre cartas que serão entregues hoje à CTNB sobre pedido da empresa FuturaGene/Suzano para plantar e comercializar eucalipto transgênico
- 25 Paraguai traça desafio para evitar desaparecimento de línguas indígenas
- 26 Fundo Clima financia projetos em terras indígenas
- 27 Secretaria de Assuntos Indígenas é proposta do senador Delcídio do Amaral para o governo de MS
- 28 Seminário de educação indígena está acontecendo na aldeia Mairob em Juara
- 29 Escolas da zona rural podem ganhar nomes indígenas, caso prefeito sancione Projeto de Lei



Boletim de Notícias - Edição nº 156 / 2014

Brasília, 04 de setembro de 2014.

30 [Índios chegam a Marapanim-PA para os Jogos Tradicionais Indígenas](#)



Cepal prepara relatório para conferência da ONU sobre povos indígenas

SÍTIO RÁDIO ONU, 03.09.2014

Documento será lançado em 22 de setembro em Nova York; especialistas vão apresentar análise sobre situação na América Latina e propor ações para ajudar grupo.

Edgard Júnior, da Radio ONU em Nova York.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, Cepal, vai lançar um relatório especial sobre os povos indígenas em 22 de setembro, na sede da ONU em Nova York.

O documento será apresentado na Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas, que vai ocorrer nas vésperas da abertura da 69ª Assembleia Geral, no dia 24.

Respeito

O relatório da Cepal vai apresentar uma análise sobre os indígenas na América Latina. O objetivo é contribuir para a troca de ideias e melhores práticas para garantir respeito aos direitos dessas comunidades.

Os especialistas colheram informações sobre os progressos alcançados e os desafios futuros em relação aos direitos de indígenas na região. Além disso, eles vão identificar e propor ações pós-2014, que serão debatidas durante a conferência.

370 Milhões

Segundo os organizadores do encontro, em todo o mundo existem mais de 5 mil grupos indígenas espalhados por 90 países.

No total, eles representam uma população de 370 milhões, que corresponde a 5% da população global.

Entre os avanços alcançados até agora estão a criação do Fórum Permanente sobre Assuntos Indígenas, a escolha de um Relator Especial sobre os Direitos Indígenas e a criação também de um mecanismo sobre os direitos do grupo.



Cultura: Festival Huni Kuin Xinã Bena reúne comunidades indígenas Aldeia Lago Lindo
SÍTIO CONTILNET, 03.09.2014

A quarta edição do Festival Xinã Bena do povo Kaxinawa começou nesta terça-feira, 2, e será realizada até o próximo domingo, 7 de setembro. O endereço é singular: aldeia Lago Lindo, Alto rio Tarauacá, na faixa de fronteira do Brasil com o Peru, município de Jordão, Acre. A aldeia está situada na Terra Indígena Seringal Independência e será o local da festa que reunirá as populações de 32 aldeias das regiões próximas e turistas. Xinã Bena significa "novo tempo".

O povo Huni Kuin é o mais populoso do Acre, com aproximadamente sete mil indivíduos. O festival é uma forma de resistência cultural e de promoção das vivências do povo Kaxinawa ou Huni Kuin (gente verdadeira) como prefere ser chamado e promove o encontro entre lideranças indígenas desta aldeias e de outras etnias, além de convidados e amigos. Na programação estão rituais espirituais, atividades de pintura corporal, cantorias, banhos de rio, refeições coletivas, passeios em trilhas na floresta, oficinas de artesanato e contação de histórias e experiências feitas pelo cacique da aldeia Lago Lindo.

festiva-indios

O povo Huni Kuin é o mais populoso do Acre, com aproximadamente sete mil indivíduos/Foto: Assessoria

Este ano, a aldeia foi preparada para receber melhor quem visita a comunidade. O governo do Acre é parceiro e apóia a realização do evento com ações de infraestrutura, como a sinalização adequada do espaço da aldeia que está sendo utilizado para a festa. "A falta de sinalização com placas indicativas foi um dos itens citados em pesquisa realizada pela Setul como um dos problemas encontrados pelos visitantes das comunidades indígenas. E agora no Festival Huni Kuin corrigimos isto", explica a secretária de Turismo e Lazer, Rachel Moreira.

Pousada, banheiros e restaurante foram construídos com recursos do Estado, no valor de R\$ 350 mil, e inaugurados em dezembro passado. "Os festivais indígenas atraem turistas de várias partes do mundo. É papel do governo, da Setul, contribuir para que as comunidades busquem a autosustentabilidade com a recepção de visitantes interessados em conhecer suas culturas", diz Rachel Moreira.



Marina Silva recua sobre demarcação de Terras Indígenas

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 03.09.2014

A candidata pelo PSB à presidência da República, Marina Silva, admitiu hoje em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo que há casos de demarcação de Terras Indígenas que não podem ser levados adiante conforme manda a legislação atual. Marina afirmou que áreas onde haja ocupação privada de boa fé, mas que sejam consideradas terras indígenas devem ter um tratamento diferenciado. O posicionamento da candidata representa um recuo de sua posição pessoal de concluir as demarcações que ainda faltam de acordo com a legislação atual.

A Constituição Federal estabelece que as áreas consideradas indígenas pertencem à União e os documentos dos produtores rurais sobre essas áreas, mesmo aqueles emitidos de forma legal, são anulados. O texto tem resultado na expropriação e expulsão de agricultores de boa fé de norte a sul do país.

Marina foi confrontada com esse tema pela primeira na condição de candidata pelo PSB em reunião com representantes do setor rural na última sexta-feira, em São Paulo. Na ocasião, as lideranças do Agro questionaram Marina sobre os conflitos por espaço entre índios e agricultores. A indenização de áreas titulados em nome de agente privados, mas que venham a ser consideradas indígenas pela Funai conta no plano de governo de Marina apresentado na semana passada.

Antes da morte do então candidato pelo PSB, Eduardo Campos, Marina havia afirmado que faria as demarcações e as ampliações de Terras Indígenas com base apenas nos laudos da Funai.

Fonte: Questão Indígena



Escola de enfermagem forma primeira aluna indígena na UFRGS

SÍTIO UFRGS, 03.09.2014

Entre os estudantes do curso de graduação em Enfermagem da UFRGS, cuja formatura ocorreu neste sábado, dia 1º, estava a aluna Denize Letícia Marcolino, indígena kaingang ingressante na Universidade em 2008, quando entrou em vigor a Política de Ações Afirmativas. Primeira indígena a concluir a graduação na UFRGS, Denize recebeu uma homenagem especial em cerimônia realizada pela manhã, na Escola de Enfermagem. O evento contou com a presença de representantes da Administração Central da UFRGS e da Escola de Enfermagem, além de lideranças da comunidade kaingang da Guarita, região de origem da nova enfermeira, e de convidados das entidades de apoio aos indígenas. Denize recebeu uma placa que destaca a honra da Escola de Enfermagem em formar a primeira bacharel indígena da UFRGS.

A diretora da unidade, Liana Lautert, salientou que o êxito de Denize significa muito para a toda a comunidade universitária. "Este é o resultado de um esforço cooperativo da aluna, dos professores, dos colegas e de toda a Universidade", afirmou. Sobre a marca que fica na Escola de Enfermagem deixada pela aluna indígena, Liana destaca a atenção para a diversidade. "Não se pode ter uma receita única para atender a todos os alunos. É preciso olhar para cada estudante de uma forma particular", revela a diretora.

Denize deixou sua comunidade em 2008, distante 600 km de Porto Alegre, e morou durante quatro anos e meio na Casa do Estudante da UFRGS enquanto frequentava as aulas e realizava os estágios do seu curso. Neste período, relata que o principal desafio foi enfrentar a saudade da família. A poucos



Arquitetura de indígenas ricos vira atração turística na Bolívia

SÍTIO TERRA, 03.09.2014

As coloridas mansões que nos últimos anos foram construídas pelos indígenas endinheirados da etnia aimará na cidade boliviana de El Alto se transformaram em atração turística, graças a um tour com o qual os visitantes podem conhecer de perto estes chamativos ícones de prosperidade.

"Cholets" é como são denominadas popularmente estas construções, fazendo um trocadilho entre chalé e "cholo", um apelido com conotações pejorativas que se refere aos indígenas bolivianos que emigraram para as cidades, saindo das zonas rurais.

El Alto, a cidade mais alta da Bolívia a quatro mil metros acima do nível do mar, é o principal centro de amparo para os emigrantes que chegam de povoados do planalto, e apesar de também ser a mais pobre do país, sua pujante economia orientada sobretudo ao comércio se traduziu na formação de uma rica classe emergente.

Esta nova burguesia se transformou em uma atração turística com uma nova oferta de rotas nas quais os estrangeiros podem conhecer a história de El Alto, suas históricas lutas políticas que inclusive dobraram governos e as fachadas coloridas dos "cholets".

Wilfredo Poma, guia turístico da associação Saraña, explicou à Agência Efe que a ideia surgiu quando um de seus voluntários perguntou se não existia um "city tour" por El Alto.

A partir desta ideia, Saraña projetou seis rotas que permitem conhecer a fundo a história de El Alto e de sua gente, desde os ritos andinos, as lutas sociais, monumentos históricos, até a agricultura, as feiras e certamente sua arquitetura sem precedentes.

Em meio a fileiras de casas de tijolo idênticas surgem, rompendo o esquema urbano, estas moradias vistosas e coloridas de vários andares, que refletem o prestígio econômico de seus proprietários.
publicidade

As fachadas contam com desenhos inspirados na iconografia da cultura tiahuanacota pré-hispânica, como homenagem às raízes dos que moram nestas casas.

Além disso, em muitos casos os "cholets" são erguidos sobre o terraço de prédios altos, em uma metáfora do lugar predominante que seus proprietários ocupam na sociedade de El Alto.

Este estilo tem no arquiteto local Freddy Mamani seu principal impulsor.

Mamani, que desenhou e construiu mais de 60 edificações em El Alto, se transformou em parte da identidade de uma cidade que chama a atenção de moradores e visitantes.

CONT.



"Eu fico bem satisfeito e surpreendido" disse à Efe Mamani sobre o interesse turístico que suas construções despertam.

A rota turística começa no bosque de El Alto para mostrar a visão do mundo andino através da história e ritos desta cultura e continua com a visita a monumentos que explicam a importância dos movimentos sociais da cidade.

Depois, os turistas são levados à universidade, ao enorme mercado de El Alto, onde o visitante pode comprar tudo o que imaginam e finalmente à Villa Adela, um dos bairros com mais "cholets".

Ali, os guias explicam aos visitantes as particularidades deste estilo.

"A arquitetura chola são construções com amplas vidraçarias e cores inspiradas no aguayo (tecido andino), combinados artisticamente com a moda da vestimenta das senhoras de saia, as cholitas", comentou Poma.

Os olhos dos estrangeiros se abrem surpreendidos à vista destas extravagantes construções que já fazem parte do colorido da cidade.

"Quero trabalhar para El Alto, ela é a cidade do futuro deste país", acrescentou o empresário do setor turístico.

O governo municipal de El Alto também está trabalhando na gestão turística através de rotas urbanas e rurais.

O responsável pela promoção de turismo de El Alto, Diego del Carpio, disse à Efe que a Prefeitura também está impulsionando rotas turísticas, embora focadas para que os próprios cidadãos conheçam sua cidade.

"Há cinco rotas de arquitetura andina que estão em processo de consolidação", acrescentou Carpio.

Antropólogos americanos descobrem benefícios em trabalhar mais

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 03.09.2014

Pesquisadores analisaram uma tribo indígena do Peru. Segundo eles, o esforço pode gerar melhor reputação, o que garante uma série de ganhos indiretos

Vilhena Soares



Mulher quechua carrega criança: trabalho em grupo é essencial para a sobrevivência da comunidade indígena peruana

Na vida em comunidade, é muito difícil que o trabalho seja dividido de tal forma que todos tenham de realizar o mesmo esforço sempre. Invariavelmente, uns trabalham mais que outros, e, nem sempre, aqueles com uma carga maior tomam alguma atitude para mudar essa situação. Por que os “explorados” agem assim? Um estudo conduzido por antropólogos dos Estados Unidos sugere que essa situação fornece melhor reputação para esses indivíduos, que acabam tendo uma série de benefícios indiretos. Ou seja, suportar uma carga maior pode ser vantajoso.

Para chegar a essa conclusão, publicada recentemente na revista *Pnas*, os pesquisadores analisaram um grupo de 24 famílias da etnia Quechua, grupo indígena que vive no altiplano do Peru. Essa pequena população foi escolhida por ter uma organização que facilitaria aos autores observar como ocorria a divisão tanto das tarefas quanto dos produtos desse trabalho, compreendendo assim o sistema colaborativo existente ali. Ficou claro que os moradores

CONT.



dependiam muito de ações em grupo, já que algumas famílias viviam em lugares com melhor acesso a água e comida, enquanto outras precisavam recorrer aos vizinhos. Além disso, muitas tarefas necessitavam do engajamento de todos para serem terminadas.

Os especialistas se surpreenderam com o fato de que aqueles que contribuía menos acabavam recebendo o mesmo montante de recursos. "Havia esse pequeno grupo de pessoas que se esforçava muito mais que outras para manter os recursos de sobrevivência da comunidade. Elas estavam sempre presentes nas tarefas e também se empenhavam mais", conta Henry Lyle, da Universidade de Washington e coautor do trabalho com Eric Smith. Isso levou a dupla a imaginar que poderia haver algum benefício não muito evidente em trabalhar mais que os outros.

Os dois antropólogos perceberam, então, que os mais dedicados eram tidos pelo resto da comunidade como "trabalhadores" e "confiáveis". A reputação deles também incluía adjetivos como "generosos", "influentes" e "respeitáveis". Essa imagem positiva trazia alguns benefícios, notaram os autores, como uma rede de suporte social que acabava garantindo, entre outras consequências, melhores condições de saúde para toda a família.



Lançamento oficial dos Jogos Indígenas deve acontecer no final de setembro
SÍTIO PREFEITURA DE PALMAS, 03.09.2014

Inez Freitas

A apresentação de toda a logística para a realização dos Jogos Mundiais Indígenas foi a pauta de café da manhã realizado nesta quarta-feira, 03, entre o secretário Municipal Extraordinário dos Jogos Indígenas (Seji), Hector Valente Franco, e imprensa.

Na oportunidade, Hector Valente falou do lançamento oficial dos Jogos, previsto para o dia 29 de setembro, quando será apresentada a marca dos Jogos Mundiais em Palmas, a mascote, teaser, dentre outros.

O Secretário também apresentou a estrutura da Pasta, que está envolvida no planejamento, promoção, execução, além de representar Palmas em todas as ações relacionadas ao evento, que tem a previsão de ser realizado em setembro de 2015.

De acordo com o Secretário, o montante a ser investido na infraestrutura e realização do evento deverá ficar em torno de R\$ 160 milhões. "Estimamos esse valor e é claro que parte desses recursos é do Governo federal, tendo uma contrapartida nossa e também estamos captando parcerias e patrocínios para custear os Jogos", ressaltou.

Para os Jogos Indígenas são esperados 22 etnias, 30 países e dois mil atletas, sendo um evento de repercussão internacional para envolver a comunidade palmense diretamente, e, segundo Hector Valente, será realizada uma série de pré-eventos.

Com relação às estruturas que deverão permanecer após os Jogos e que ficarão como legado para a Capital, o Secretário citou o Museu Indígena, que será criado; o centro de excelência esportivo em atletismo e futebol; e o estádio de baseball – que sediará futuros eventos.

Quanto às obras, Hector Valente disse que a concepção artística do evento já existe e que os projetos para execução das obras estão em andamento, devendo ser finalizados em novembro. "Sabemos do prazo e estamos trabalhando intensamente para que seja cumprido dentro do que foi concebido", enfatizou.



No Paraná, indígenas correm o risco de serem expulsos de terra já reconhecida pelo Ministério da Justiça

SÍTIO FGV - GVCES, 03.09.2014

Uma denúncia do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) chama a atenção para o caso de indígenas da etnia Kaingang que correm o risco de serem despejados de uma área já declarada pelo Ministério da Justiça como de ocupação tradicional, localizada próxima ao município de Laranjeiras do Sul, no Paraná.

Atualmente a aldeia da Terra Indígena (TI) de Boa Vista é o território de aproximadamente 140 indígenas. A área de dois hectares ocupada há mais de dezoito anos pelo povo Kaingang conta com posto de saúde, escola, reservatório de água e rede elétrica. Segundo o vice cacique da aldeia, Claudio Rufino, todas as instalações da área de saúde até a educação são provisórias, porém a terra pertence aos indígenas e há investimento do governo, o que comprova o reconhecimento do Estado à aldeia.

O procurador Federal da Advocacia Geral da União (AGU) em Guarapuava, Carlos Alexandre Andriola ressalta que a decisão da Justiça Federal do município de reintegração de posse contra a comunidade é ilegal. De acordo com o procurador, os indígenas não podem sair de uma área que já foi declarada pelo Ministério da Justiça como de ocupação tradicional. Segundo ele, é a propriedade em questão, que tem 140 hectares, que deve sair do território.

O Cimi informa que a fazenda alvo de tanta discussão fica no coração da TI Boa Vista, identificada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) desde 2004 e declarada com 7 mil 344 hectares em 2007 como de posse permanente dos indígenas, por meio da Portaria número 1794, de 29 de outubro, assinada pelo então ministro da Justiça, Tarso Genro.

No entanto, de acordo com a Funai, o procedimento demarcatório está paralisado desde então e o decreto de homologação não foi expedido pela presidência porque foram interpostas cerca de 24 ações contrárias à demarcação, a maioria já julgada improcedente.

O interesse econômico pela área está colocando em xeque a permanência dos indígenas na terra de Boa Vista, que correm o risco de serem despejados de sua aldeia nas próximas semanas. Sebastião Aparecido Fernandes, sertanista da Funai, alega que com 45 anos de Funai nunca tinha visto a Justiça conceder uma liminar para despejar os índios de um lugar que, inclusive, já foi demarcado por profissionais da área.

O recurso da Funai foi negado pela Justiça de Guarapuava, mas a decisão de reintegração de posse encontra-se suspensa, aguardando manifestação da parte autora da ação contra os indígenas.

Quarta, 03 de setembro de 2014



Projeto promove oficinas de fotografia em comunidade quilombola

SÍTIO JORNAL BRASIL, 03.09.2014

Neste sábado (6) e domingo (7), será realizada na comunidade quilombola Sabalangá, na cidade de Viçosa (Alagoas), a segunda oficina de fotografia do Autorretrato Nordeste – Quilombos de Alagoas. O projeto foi contemplado pelo Prêmio Funarte de Arte Negra. A participação é gratuita.

Na ação, cerca de 20 jovens moradores vão aprender sobre o uso de equipamento fotográfico, além de receber dicas teóricas e práticas de composição de imagens para registrar aspectos da cultura e do cotidiano da região onde vivem.

A iniciativa Autorretrato Nordeste – Quilombos de Alagoas inclui, ainda, uma exposição comunitária, no dia 15 de setembro, onde serão mostradas as imagens captadas pelos participantes, também em Viçosa.

O evento integra uma série de mostras, realizadas nos diversos locais alcançados pelo projeto. As melhores imagens vão compor um catálogo fotográfico e cartões postais, que serão distribuídos gratuitamente, durante uma grande exposição final, que acontecerá em novembro, em Maceió.

Nos dias 6 e 7, os alunos vão fotografar a área central de Viçosa – já que sua comunidade fica dentro da área urbana do município. Já na primeira etapa, realizada nos dias 30 e 31 de agosto, 21 adolescentes aprenderam noções da arte da fotografia, tais como: ângulo, enquadramento, foco, planos, abertura e velocidade. Eles se concentraram na Escola de Música e Arte Antônio de Barros Araújo (Maestro Dom Ratão). Em seguida, o grupo foi a campo registrar aspectos sociais e culturais da comunidade.

O projeto

Iniciado há cinco anos, o Autorretrato Nordeste está em sua terceira edição. A meta é promover a arte da fotografia e todos os recursos técnicos aplicados a ela para estimular a cultura e a democratização da tecnologia digital, através de atividades que alcancem, gratuitamente, as populações locais.

A população é convidada a se conhecer mais e a valorizar suas riquezas culturais, sociais e geográficas. A edição Quilombos de Alagoas do programa já alcançou as comunidades Bom Despacho, em Passo do Camaragibe; Palmeira dos Negros, em Igreja Nova e Cajá dos Negros, em Batalha.

Fonte: Fundação Nacional de Artes



Abertura de estrada vai beneficiar comunidade quilombola

SÍTIO PREFEITURA DE CAMPOS, 03.09.2014

Após um acordo formalizado junto ao Ministério Público, que garantiu a retirada de uma cancela que vinha prejudicando a circulação de 17 famílias que formam a comunidade quilombola, na localidade de Carobinha, no Imbé, a Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Infraestrutura iniciou o trabalho de abertura da estrada que vai possibilitar que mais de 130 pessoas possam se utilizar dela ainda este ano.

A estrada que liga Carobinha à saída de Mocotó do Imbé vinha sendo uma área de litígio entre os moradores e os proprietários da Fazenda Grandeza. Após a intervenção da Superintendência de Igualdade Racial, um acordo foi assinado, possibilitando a realização da obra.

Vão ser 20 km de limpeza e terraplanagem em alguns pontos críticos do percurso. Além da retirada da porteira, que impedia a circulação dos moradores, será feita a criação de um mata-burro e a recuperação das pontes, ao longo da estrada. "O trabalho vai ser feito por 15 operários, que vão utilizar duas retroescavadeiras, uma patrol, cinco caminhões e um rolo, com previsão de 30 dias de trabalho, se não houver chuva que possa interromper", afirmou o engenheiro Rodrigo Gomes.

Para o casal Antenor da Fonseca e Celma Fonseca, casados há 35 anos e ele morador do local desde que nasceu, a medida vai facilitar o trabalho dos agricultores locais, que vão ter a garantia do escoamento da safra. "Nos últimos anos nós perdemos toda a produção de banana e laranja. Chegamos a perder 14 mil laranjas em uma única safra. Meu trabalho é na agricultura e como não temos como vender a produção, muitos moradores vem deixando o local por falta de trabalho.", afirmou Antenor, que tem dois filhos, que deixaram a comunidade para trabalhar em Campos e Quissamã. "Se nada fosse feito, muitos outros deixariam o local em busca de emprego", afirmou.

Segundo o diretor administrativo da Superintendência de Igualdade Racial, Luiz Fernando Olimpio, que vem dando o apoio necessário aos moradores, a secretaria de Agricultura deverá dar o apoio para que os pequenos produtores possam prosperar. "O secretário Eduardo Crespo já visitou o local e deverá enviar uma equipe para auxiliar esses agricultores e com isso garantir o aumento da produção", confirmou.



Artesãos quilombolas de Ipanguaçu participam da Feira de turismo rural na Paraíba
SÍTIO FIQUE SABENDO ASSU, 03.09.2014

Os artesãos da Associação Renascer da comunidade quilombola de Picada no município de Ipanguaçu, participam esta semana de 3 a 5 de setembro da 10ª Ruraltur – Feira de Turismo Rural em Campina Grande-PB. O evento pretende promover a integração de empresários, profissionais e amantes do turismo rural. O objetivo é tornar o evento uma vitrine para projetar o segmento no mercado regional e nacional.

O Ruraltur está acontecendo na Federação da Indústria da Paraíba (FIEP) e deverá reunir segundo os organizadores cerca de 6 mil pessoas e gerar quase R\$ 3 milhões em negócios. De Ipanguaçu, integram a caravana o coordenador da Secretaria de Cultura e Turismo (SEMCTUR) Allysson Rocha e mais dois membros da associação: Emerson Emanuel e Francimária dos Santos que participam do evento coordenada pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/Assu-RN) na qual conta também com o apoio da Prefeitura de Ipanguaçu. Para o secretário de Cultura e Turismo da cidade, Fernando Neto, a feira fortalece o desenvolvimento do turismo rural, um setor que merece incentivo e atenção especial. “É um setor que gera emprego e renda, por meio da produção associada ao turismo.

A Ruraltur será uma importante vitrine para apresentar ao Brasil o trabalho de nossos artesãos, que já ganha a cada dia reconhecimento pelo material produzido”, disse o secretário. Os artesãos apresentam na feira o artesanato oriundos da folha da bananeira e da palha e talos da carnaubeira, produto encontrado em abundância na região. Durante os três dias do evento haverá apresentações culturais, estandes de expositores e empresas que operam com o Turismo Rural, negócios e artesanato. Com informações da Assessoria de Imprensa da Prefeitura de Ipanguaçu.



Comunidades Ribeirinhas do Baixo São Francisco participam de curso sobre gestão hídrica

SÍTIO CLICK SERGIPE, 03.09.2014

Comunidades ribeirinhas do Baixo São Francisco participam nos dias 11 e 12 de setembro do Curso de Gestão Participativa de Bacias Hidrográficas.

A ação é realizada pelo Projeto Águas do São Francisco no Colégio Estadual Professor Antônio Calixto de Figueiredo Cruz, no Perímetro Irrigado Betume, Povoado Serrão, município de Ilhas das Flores. A proposta da atividade é incentivar ações de protagonismo ambiental com a formação de agentes multiplicadores locais e a identificação de demandas comunitárias sobre a preservação do Rio São Francisco.

O projeto

O projeto Águas do São Francisco é realizado pelo Sergipe Parque Tecnológico (SergipeTec) em parceria com a Universidade Federal de Sergipe e patrocínio da Petrobras. A iniciativa também tem o apoio da Cooperativa Regional dos Assentados de Reforma Agrária do Sertão de Sergipe (COOPRASE) e Distrito de Irrigantes do Perímetro Betume (DIB).

O projeto atua com atividades de monitoramento de qualiquantitativo dos corpos hídricos, recuperação de áreas de Preservação Permanente e reflorestamento do Rio São Francisco com o plantio de mudas de espécies nativas. O objetivo é contribuir com a recuperação de áreas degradadas das bacias hidrográficas do rio Jacaré-Curituba e Betume, na região do Baixo São Francisco, promovendo a educação ambiental entre os assentados, irrigantes e comunidade ribeirinha e garantindo a regularização da produção de água, através do equilíbrio ambiental e uso sustentável dos recursos naturais.

Kátia Simone Azevedo

Fonte: SergipeTec



Encontro Pan-Amazônico reflete sobre os desafios da missão e cria Rede Eclesial
SÍTIO CIMI, 03.09.2014

Os desafios da missão nos países que compõem o bioma amazônico, tem levado organismos e instituições afins da Igreja Católica a repensarem a sua atuação no contexto atual, para responder de maneira mais eficiente e eficaz às demandas que decorrem das suas atividades missionárias.

Em vista disso, um encontro internacional para a criação e efetivação de uma rede eclesial, acontecerá de 9 a 12 de setembro próximo, em Brasília, na Sede das Pontifícias Obras Missionárias.

De acordo com a coordenação, o objetivo é estabelecer uma visão comum e algumas diretrizes gerais para consolidar um processo de articulação na Pan-Amazônia e definir os objetivos da rede e uma estrutura básica para seu funcionamento.

O encontro terá como temas principais "A realidade da Pan-amazônia desde a perspectiva das mudanças climáticas; Testemunhos de experiências missionárias; O papel e a missão da Igreja na Ecologia e no bioma amazônico". Atuarão como assessores o representante do Pontifício Conselho Justiça e Paz do Vaticano, o sr. Tebaldo Vinciguerra (Roma), o representante da Agência Católica para o Desenvolvimento Exterior (CAFOD), Graham Gordon, dentre outros.

"A ideia é consolidar e alargar o processo de construção da Rede Eclesial Pan-Amazônica na busca de consensos e a articulação das várias Instituições parceiras, em torno de uma visão comum na defesa da vida neste território", disse a assessora para a Comissão Episcopal para a Amazônia da CNBB, Irmã Maria Irene Lopes dos Santos,cmstj.

De acordo com o assessor para a Missão Continental e membro da coordenação do encontro, padre Sidney Marcos Dornelas,cs, a necessidade da criação de uma rede eclesial nasceu a partir das bases. "O tema da Pan-Amazônica vindo sendo levantado a algum tempo por religiosos, pela Equipe Itinerante, por todos aqueles que lidam com grandes problemas que envolvem o bioma amazônico", afirmou.

Dornelas ressaltou, ainda, que diante dos grandes projetos de desenvolvimento do governo, que envolvem a Amazônia, a Igreja precisa repensar e reelaborar a sua atuação. "Os governos da América Latina tem um projeto continental de integração das fronteiras que incluem a construção das grandes hidrelétricas, a interligação com o pacífico e outros. Quem trabalha com os indígenas, com as populações ribeirinhas, por exemplo, vêm nestes projetos uma ameaça que ultrapassa o contexto nacional. A ideia é, refletir, também, a atuação da Igreja neste contexto", afirmou.

Cerca de 60 participantes, previamente convidados, representarão as Instituições e Organismos afins, entre eles, a presidente da Confederação Latinoamericana e Caribenha de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 156 / 2014

Brasília, 04 de setembro de 2014.

Religiosos e Religiosas, Irmã Mercedes Casas (Colômbia), o presidente da Comissão Missão Continental, dom Adriano Ciocca Vasino, o Conselheiro Geral dos Jesuítas, padre Bruno Schizzerotto, o delegado do superior geral do Instituto Missões Consolata, padre José Salvador Medina, o delegado do superior geral dos Frades Menores, padre José Rozansky.

O evento é organizado pela Igreja Católica presente na Pan-Amazônia, o Pontifício Conselho justiça e Paz, o Departamento de Justiça e Solidariedade (DEJUSOL – CELAM), a Comissão Episcopal para a Amazônia, da CNBB, o Secretariado Latino-americano e do Caribe da Caritas (SELACC) e a Conferência Latino-americana e Caribenha dos Religiosos(as) (CLAR).



Na Amazônia, índios acusam governo de manipulação em consulta sobre saúde
SÍTIO CIMI, 03.09.2014

“O Estado é laico, mas feliz é a nação cujo Deus é o senhor...” declarou a presidenta Dilma ao participar da inauguração do Templo de Salomão, em São Paulo. Dali do sudeste do país a determinação bíblica alcançou o noroeste da Amazônia. E ao invés de utilizar algum espaço público como uma escola ou a própria Universidade Federal do Amazonas, no município vizinho de Benjamin Constant, para apresentar um novo programa que impacta diretamente a vida das comunidades indígenas, um espaço de culto evangélico — religião cuja ação proselitista de missionários é uma das principais causas de conflito com comunidades indígenas na região — tornou-se um espaço político desse Estado que é laico, “mas”...

Em Atalaia do Norte, o governo federal realizou no sábado 30 uma “consulta prévia” à população indígena do Vale do Javari, do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi) local, dentro de uma Igreja da Assembléia de Deus, sobre um tema de direto interesse a eles: a criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI). É o último ato de um processo que levou alguns dias, e que tive a oportunidade de presenciar e aqui faço um relato descritivo do que presenciei. É provável que esse processo esteja acontecendo, de forma semelhante, por todo o Brasil. Ao mesmo, é o que acusam cartas e protestos do movimento indígena.

Nessa sábado 30, a consulta do governo poderia ter versado sobre a prospecção e exploração de petróleo que é pretendida pela Petrobrás no Vale do Javari, ou poderia ser a mineração ou extração de madeiras, ou sobre a construção de usinas hidrelétricas, como as consultas que o governo tenta fazer junto aos Munduruku, no rio Tapajós, no Pará. Mas foi um debate sobre o que pode salvar a vida de uma população que chega a ter aldeias com elevadíssima contaminação por hepatite, por exemplo. Na mesa estavam representantes do Ministério da Saúde, no quórum indígenas e funcionárias não indígenas temporárias do ministério mobilizadas em defender seus empregos. Um cartaz “Ó vinde, adoremos” separa os que regem o culto do público nos bancos da Igreja.

O processo aconteceu em português, com alguns depoimentos de algumas lideranças eventualmente traduzido por jovens. Ainda que poucos indígenas sentiam-se confortáveis expressando-se em português e quase todos disseram nos momentos em que tivessem chance de se expressar que não estavam entendendo nada. O que deveriam entender?

Saúde indígena

A saúde indígena no Brasil é caótica. No Vale do Javari a situação é uma das piores, com aldeias assoladas pelas hepatites virais, ainda mais letais quando associadas aos altos índices de contaminação por malária, mortalidade infantil bem acima da média nacional e estruturas físicas deterioradas ou inexistentes nas aldeias, que deveriam dar atenção básica e diferenciada à saúde dos povos da região. Após mudanças recentes, foram contratados médicos, porém as visitas mais seguidas nas aldeias não implicou na uma inversão no quadro

CONT.



degradante dos indicadores de saúde da região em razão da falta de medicamentos, de estruturas e equipamentos para atendimentos in loco na comunidade e do despreparo para uma relação intercultural com esses povos, principalmente nos diálogos no sentido da prevenção de doenças. A justiça deveria definir, nas próximas semanas, uma determinação para o ministério realizar novos concursos. Para escapar dos concursos e da lei de licitação (a famosa Lei 8.666), o ministério tentou uma medida ousada e rápida: criar um instituto privado (chamado pelos técnicos do governo de "paraestatal"), o Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI), uma proposta articulada pela Secretaria Nacional de Saúde Indígena (Sesai) com técnicos do Ministério do Planejamento para salvar a saúde indígena da UTI.

Em outras palavras, assim explica o ministério da Saúde: "A proposta de um novo modelo de gestão da saúde indígena pretende dar mais agilidade aos processos administrativos e às contratações de profissionais que atuam junto aos povos indígenas."

Para o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e o movimento indígena, trata-se de uma privatização da saúde indígena. A subprocuradora-geral da República, Deborah Duprat, atacou, em nota que pode ser lida aqui, a criação do INSI. Entre as diversas "inverdades", ela diz que os concursos não alcançariam os agentes indígenas de saúde (indígenas que são contratados para prestar auxílio de saúde, essa era uma reivindicação do movimento indígena), e que estes deveriam ser realizados com a preocupação de "assegurar a ampla presença indígena nesses cargos, bem como a manutenção das equipes que se encontravam em área há bastante tempo."

Para o governo, problema é "concurso" e "licitação"

Na "consulta" dentro da Igreja em Atalaia, as palavras "concurso" e "licitação" eram as mais repetidas, sempre em tom de crítica a esses dois mecanismos legais de combate a corrupção. Os representantes do ministério da saúde mostravam-se sempre contrários a realização de concurso público e apontando a lei de licitações como o grande problema pela falta de medicamentos. Eram aplaudidos pelas funcionárias não indígenas presentes, de forma a criar um clima de enfrentamento a quem tivesse uma opinião contrária.

O secretário executivo do Fórum dos Presidentes de Condisi, Marcos Antonio da Silva Pádua, representava a Sesai. Ao seu lado estava Heródoto Jean de Sales, coordenador do Distrito Sanitário Especial Indígena Vale do Javari- DSEI/Sesai e Jorge Marubo, funcionário da Sesai e presidente do Condisi/Vale do Javari, e que nos primeiros dias do encontro havia mostrado preocupações com as mudanças propostas, com tanta pressa, mas no sábado estava articulado em ajudar o governo a aprovar a medida.

Pádua, nas suas falas, mostrou-se firme com a proposta e duro com as críticas. Com relação à subprocuradora-geral, ele disse: "É lamentável essa senhora querer empurrar goela abaixo um concurso público"; "é pura enganação da sub-procuradora Deborah Duprat. Tenho conhecimento das decisões dessa senhora. Não se enganem, pois que ela quer empurrar um concurso público a toda a força para as populações indígenas. É lamentável."

Em um momento ele parou de falar, pegou o telefone celular, passou a checar mensagens e
CONT.



disse que tinha uma novidade para contar: 15 distritos de saúde indígena (os DSEI) teriam sido aprovado o novo instituto, e ele prometia, em tom de vitória, que “os Kayapó vão aprovar amanhã”.

Era preciso acelerar os tramites, pois para Pádua no dia “7 de outubro o juiz pode canetar uma decisão”: “O juiz disse que ou é instituto ou é concurso publico. Infelizmente no nosso país o que o judiciário decide vamos ter que seguir”

O representante da Sesai atacou o Cimi e respondeu à crítica de que se trata de uma “privatização”: “o braço executor será instituto. Não será privatização, pois o dinheiro é todo publico”. Segundo ele o instituto iria resolver todos os “entraves”. Não foi mencionado que em algumas regiões os indígenas haviam rejeitado a proposta, como no sul do país (no caso, inclusive denunciando a pressão da Sesai, leia aqui) .

Em alguns momentos, os representantes da Sesai foram interrompidos pelo funcionário local da Funai, Bruno Pereira, que dizia que os indígenas não estavam entendendo perfeitamente a medida e que precisariam de mais tempo para poderem deliberar sobre a questão. Frisou que a votação não estava na pauta da reunião, mas sim uma apresentação sobre a proposta do novo instituto, e que os indígenas que vieram de suas aldeias não sabiam que ocorreria uma votação para “legitimar” uma decisão tomada em Brasília.

Pádua respondeu duramente que “se não aprovar vai retroagir”, sob aplausos das funcionárias não indígenas presentes, de forma a criar um clima de disputa de torcida. “O que esta sendo feito aqui é uma consulta. Tem representantes de todos os povos indígenas e de mais de 40 aldeias. É rápido? Eu concordo. Mas está fazendo aqui a consulta”, disse o coordenador do DSEI/Vale do Javari, Heródoto Jean. Ressaltou ainda que isso era uma democracia e novamente foi aplaudido pelos funcionários não indígenas presentes.

Jorge Marubo, ao lado de Pádua, detalhou a proposta explicando que o instituto seria melhor para os índios do Javari e que se “fosse obedecer as leis de licitação ia ter as mesmas dificuldades”: “Hoje os índios questionam a alimentação. Por que? Porque o fornecedor não entrega. Dai quem é cobrado? O gestor”, justificou.

Pereira, da Funai, interrompeu novamente dizendo que não havia tempo para discutir a proposta, que o governo estava se portando como um “trator avassalador” e que eles não poderiam forçar uma eleição que não estava em pauta.

Pádua respondeu para que “fizesse um documento” como as organizações indígenas estavam. Por “documento” ele se referi à serie de manifestações contrárias que tem circulada pelo movimento indígena.

Por exemplo, a Coiab se manifestou contrária (leia aqui), acusando a “iniciativa governamental que nada tem haver com todo esforço do movimento indígena dos últimos anos em discutir um sub sistema distrital de atenção a saúde indígena com autonomia administrativa e financeira”. Também foram contra a Arpinsul (leia aqui) que apoiou a Apib (leia aqui), a Apoinme (leia aqui), assim como os indígenas da região do rio Purus (leia aqui), os indígenas de Roraima

CONT.



(ver manifesto do CIR aqui), da Bahia (ver manifesto do Mupoiba contra a "privatização da saúde indígena" aqui) e os povos indígenas de Rondônia e Mato Grosso (leia aqui)

Votar ou não votar não é uma questão

Jorge Marubo e Pádua aceitaram o repúdio que a proposta tem sofrido pelo movimento indígena e tentaram apressar a votação para que os presentes aceitassem a medida frisando: "O instituto vai funcionar melhor do que com concurso público", ao que foi aplaudido pelas funcionárias não índias presente, novamente, como uma torcida.

Era evidente a pressa em votar e em simplificar as informações para que os indígenas reclamassem, mas votassem e aprovassem. A chamada "pressão" denunciada pelo movimento indígena.

Paulo Barbosa da Silva, presidente da principal organização indígena do Vale do Javari, a Univaja, era contra a votação: "Surgiu agora essa proposta e não temos tempo para discutir. Por isso, o posicionamento do movimento indígena é contra ela. Queremos que seja levado para ser discutido nas aldeias. Temos que respeitar nossos caciques e aqueles que moram nas aldeias. O questionamento é isso. Precisamos de dois meses para sermos consultados. Não temos nem noção de como vai funcionar ou do que ele está falando", disse.

Paulo, que vive na aldeia Maronal, relata que faleceu esse ano de 2014 o pajé Armando Marubo, da aldeia Paraná, por tuberculose, segundo ele por falta de medicamento, e que em razão dessa perda espiritual seu povo estaria muito triste.

"Esse é um jogo político que vai complicar ainda mais o atendimento de saúde dos índios de todo o Brasil", criticou o presidente da Univaja. "Não considero isso uma consulta correta. As lideranças aqui não entendem bem o português. Isso surgiu de uma hora para outra. Viemos discutir um plano distrital e nos colocaram para aprovar um instituto sobre o qual não temos conhecimento. Eu queria que essa discussão fosse levada para as aldeias depois de todo mundo estar ciente disso." Seu medo, além de tudo, é que o governo utilize esse tipo de consulta, por exemplo, para iniciar a exploração de petróleo, feita de forma atropelada, manipulada, sem tradução, e ainda por cima dentro de uma igreja.

Faltou explicar

Jorge Marubo admitiu que "faltou explicar, faltou comunicar", mas que "temos que ter encaminhamento". "É rápido e ruim, mas é a forma como estamos participando da construção. No mundo do branco isso é normal."

O cacique Waki, liderança do povo Matsés, pegou o microfone e falou na sua língua. Como ele é um dos conselheiros do DSEI com direito a voto, ele disse que não iria votar sobre a criação do instituto, nem contra, nem a favor, mas não iria votar pois não havia compreendido do que se tratava.

Algumas lideranças disseram que queriam votar logo e voltar para suas aldeias, e eram

CONT.



aplaudidas pelas funcionárias não indígenas. Um Matis disse: "Eu não sou a favor do concurso público. Eu apoio o instituto". Aplausos dos funcionários não indígenas que queriam manter seu emprego.

Chico Preto, liderança Matsés da aldeia Lago Grande, falou em sua língua, expressou revolta e disse que ele está doente há três dias, sem medicamentos. Disse que apesar disso não iria votar.

Mesmo em meio a confusão sobre para que serviria a votação, ou não, Pádua da Sesai junto de Jorge Marubo separou os presentes na Igreja e colocou em votação a criação do INSI. Pelos conselheiros. As lideranças que não haviam entendido o que era o instituto também aparentemente não entenderam nem o que estava sendo votado.

Reuniram-se todos nas cadeiras de plásticos a frente da faixa "Ó vinde, Adoremos", provavelmente uma referência a alguma mensagem da religião evangélica da Igreja, e não com o Instituto Nacional de Saúde Indígena.

Os representantes públicos levantam-se na mesa como em uma benção. Dividem o grupo entre funcionários e índios lado a lado. Quem é a favor? Todas as funcionárias não indígenas levantam o braço, ao que algumas lideranças indígenas olham e repetem o gesto, inclusive o próprio Chico Preto que dois minutos antes tinha repudiado a iniciativa e dito que não votaria. Quem é contra? Ninguém. Quem se abstém? Pereira, da Funai. O conselheiro e liderança Waki fica mudo e é esquecido da conta.

Pádua, da Sesai, sorri aliviado, pega o celular e sai da mesa para mandar mensagem de vitória para seus colegas que estão distantes, em outras votações. Perguntei a ele sobre se uma Igreja evangélica é o local adequado para se realizar uma consulta prévia a uma população indígena sobre uma mudança na política pública de saúde organizada pelo governo federal, e ele me respondeu que não havia na cidade outro local adequado para receber 70 pessoas (provável que houvesse menos de 40 ali) e que isso não interferia em nada. Disse também que alguns resumos da proposta de criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena haviam sido "traduzidos" e que portanto as lideranças indígenas ali estavam cientes de tudo, mesmo que dissessem que não estavam.



Boletim de Notícias - Edição nº 156 / 2014

Brasília, 04 de setembro de 2014.

Festa de comemoração dos 4 anos de criação do Museu indígena Jenipapo-Kanindé
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.09.2014

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=_4yFfSFqtpk

TV Zabelê

Na fronteira entre Bahia e Minas Gerais encontram-se dezenas de comunidades geraizeiros hoje cada vez mais ameaçadas pelo avanço das empresas do agronegócio. Desta maneira, as populações locais tem os mesmos inimigos que invadem seus territórios causando grande impactos socioambientais em troca de altos lucros para poucos. Mesmo encurraladas pelos "troncos da morte" dos monocultivos de eucalipto, as famílias resistem e procuram defender seus direitos, como é o caso das famílias da comunidade Palmeira, no município Cordeiros à 660 km de Salvador no estado da Bahia.

-

Enviado para Combate Racismo Ambiental por Thomas Bauer.



Boletim de Notícias - Edição nº 156 / 2014

Brasília, 04 de setembro de 2014.

Semana do Cerrado: 08 a 13 de setembro, no Norte de Minas e Oeste da Bahia
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.09.2014



Carta Convocatória para a 1ª Romaria do Cerrado

Amigos e amigas das comunidades, paróquias, movimentos sociais, sindicatos e associações e organizações populares, estamos realizando nossa primeira Romaria do Cerrado, momento de renovação da fé e da esperança para continuar lutando pelo Cerrado em Pé e todas suas formas de vida.

CONT.





O Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul, ocupando uma área de 2.036.448 km, cercade 22% do território nacional. A sua área contínua incide sobre os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo e Distrito Federal, além dos encaves no Amapá, Roraima e Amazonas. Neste espaço territorial encontram-se as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata), o que resulta em um elevado potencial hídrico, e contribui para a biodiversidade deste bioma.

Muitas populações sobrevivem de seus recursos naturais, incluindo indígenas, quilombolas, geraizeiros, ribeirinhos, babaqueiras, vazanteiros, fecheiros e extrativista que, juntas, fazem parte do patrimônio histórico e cultural brasileiro, e detêm um conhecimento tradicional de sua biodiversidade. Inúmeros tipos de frutos comestíveis são regularmente consumidos pela população local e vendidos nos centros urbanos, como o Pequi, Buriti, Mangaba, Cagaita, Bacupari, Cajuzinho do Cerrado, Araticum, Jatobá e as sementes do Barú.

Devido à importância estratégica deste bioma para os interesses do capital, as questões sociopolíticas são constantemente marcadas por disputas de poder, que possuem diferentes contornos em função de projetos antagônicos. De um lado, o agronegócio apoiado com o incentivo ou omissão do Estado e da grande mídia, e do outro, os camponeses, com o apoio de entidades e organizações populares que resistem bravamente aos desmandos deste modelo dominante.

As desigualdades no campo se traduzem em diversos impactos de ordem social, como trabalho escravo, desemprego, êxodo rural, violência rural e urbana, grilagem, entrada ilegal de empresas em comunidades (sem consentimento dos trabalhadores), constantes ameaças aos camponeses, falsidade ideológica, cooptação de lideranças, superfaturamento das terras (especulação), tráfico de influência, aumento da prostituição e do alcoolismo, divisão de comunidades e territórios tradicionais, criminalização de lideranças e movimentos sociais.

No campo ambiental, o desmatamento, carvoejamento, monocultura, assoreamento, poluição de água e solos, e o uso indiscriminado de agrotóxicos, são responsáveis pela devastação de um dos mais importantes biomas brasileiro. A tendência é que as atividades agropecuárias avancem sobre os territórios das comunidades tradicionais da região do Norte de Minas e Oeste da Bahia, exemplos, são os conflitos na região de Arrojado-Ribeirão e Couro de Porco (Correntina) e Jacurutu-Salobro (Santa Maria da Vitória), sendo estas comunidades de Fundo e Fecho de Pasto, algumas com processos de Ações Discriminatórias Administrativas Rurais concluídas. O caso de Couro de Porco e seu processo de grilagem detectou um dos maiores escândalos de fraudes cartoriais no Oeste da Bahia, que é o caso da Matrícula 2280. Na região de Barreiras e Formosa do Rio Preto também são palcos de diversos conflitos de terra, com destaque para os que envolvem as comunidades geraizeiras do Alto do Rio Preto e Fazenda Estrondo.

Além dos intensos conflitos de terra, o Cerrado é um espaço de produção de água. Ele é o berço das águas do Brasil. Entretanto, os seus rios têm atraído os gananciosos que trouxeram para nossas regiões grandiosos projetos de destruição total dos mesmos. No coração do Rio São Francisco está instalado o projeto Jaíba, que consome atualmente mais de 65 metros

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 156 / 2014

Brasília, 04 de setembro de 2014.

cúbicos de água por segundo no Norte de Minas Gerais. No oeste da Bahia, nos afluentes do São Francisco há projetos monstruosos como a Faz. Suze (Correntina), e a Santa Colomba (Côcos) que estão retirando a água quase que totalmente desses afluentes do São Francisco.

Diante de todas essas realidades, lideranças das comunidades e das entidades já há algum tempo sonhavam com a realização de uma Romaria no Cerrado, com caráter Celebrativo, diante de todas as formas de vida e de resistência de seus povos, mas também de denúncia de todas as mazelas que o projeto do capital tem trazido para a região e para as comunidades centenárias. Queremos fortalecer a identidade dos povos geraizeiros e suas comunidades e organizações para avançar no enfrentamento ao agronegócio e defesa do Cerrado.

Portanto, somos convocados e convocadas a participar da Romaria do Cerrado e das atividades que acontecerão durante a Semana do Cerrado.

Boa Romaria!

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira.



RR – MPF recebe denúncia sobre irregularidades no transporte escolar na Comunidade Indígena Serra da Moça

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.09.2014

O Ministério Público Federal em Roraima (MPF/RR) recebeu na manhã dessa segunda-feira, dia 1º de setembro, representantes da Comunidade Indígena Serra da Moça, os quais entregaram requerimento denunciando mais um problema com transporte escolar no Estado. Desta vez são os alunos da Escola Estadual Indígena Índio Ajuricaba que têm sofrido com a falta de transporte de qualidade.

De acordo com o documento entregue ao MPF, cerca de 79 estudantes que dependem do veículo para se deslocar até a escola estão deixando de assistir aulas, “o que vem prejudicando o aprendizado dos alunos e os trabalhos pedagógicos dos professores dentro de sala de aula”. Segundo os indígenas, a empresa responsável pelo transporte escolar alega que a falta de transporte se deve à quebra dos veículos, no entanto, não dá prazo para a regularização dos mesmos.

A comunidade de Serra da Moça reclama ainda da falta de segurança dos transportes atuais, já que, mesmo quando funcionam, os veículos são velhos e oferecem diversos riscos à segurança física dos estudantes. Outro problema é o comprometimento do ano letivo, pois diversas aulas estão pendentes, aguardando a regularização do transporte escolar para que sejam repostas.

O Ministério Público Federal está intensificando os esforços junto à Secretaria Estadual de Educação e Desporto (SEED) para poder sanar parte dos problemas com transporte escolar no Estado. Nesse intuito, o MPF já assinou um Termo de Ajustamento de Conduta com o Governo Estadual e vai tomar as medidas necessárias para resolver o problema.

TAC – O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) foi assinado no início do mês de agosto pelo secretário estadual de Educação e Desportos, Antônio Leocádio Vasconcelos Filho, e o procurador Gustavo Alcântara, com o objeto de que 25 veículos destinados ao transporte escolar fossem colocados em circulação no prazo máximo de 60 dias.

No termo, o secretário também se comprometeu a apresentar ao MPF prestação de contas indicando as rotas, as escolas beneficiadas, o número de alunos e os turnos de circulação dos veículos.

O Ministério Público convocou a população roraimense para ajudar a fiscalizar o cumprimento do acordo, e monitorar se os 25 veículos de transporte escolar, que estavam parados no pátio da secretaria, estão realmente em circulação.

Para ajudar o MPF, os usuários do transporte devem ficar atentos quanto à efetiva circulação dos ônibus e micro-ônibus adquiridos pelo Governo do Estado por meio do programa federal “Caminho da Escola”. Caso sejam observados veículos fora de circulação, o Ministério Público deve ser informado.



“Quem tem recursos naturais tem poder”: Seminário Nordeste debate Modelo Energético

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.09.2014

MAB - Nessa terça-feira (02) começou o Seminário Regional Nordeste da Plataforma Operária e Camponesa para a Energia. Reunidos em Recife, no auditório do Centro de Tecnologia e Geociências da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mais de 150 militantes de organizações do campo e da cidade discutiram a energia no cenário geopolítico e os desafios do setor energético no Brasil.

“Os recursos naturais são cada vez mais preciosos, cada vez mais disputados pelas empresas transnacionais e pelas grandes potências mundiais. Quem tem recursos naturais, tem poder”, afirma Igor Fuser, professor da UFABC que contribuiu no debate, demarcando o caráter estratégico da energia para o desenvolvimento da economia no mundo e sua centralidade nos conflitos atuais.

Na matriz energética global, o petróleo continua sendo a principal fonte e os dados indicam que seguirá no topo da matriz por décadas a frente. O petróleo não é apenas uma fonte de energia, mas também é matéria-prima para a produção de derivados de alto valor econômico. Por isso possui tanta importância para a indústria: gera a energia necessária ao seu desenvolvimento e garante a produção de ainda mais riquezas.

Dessa maneira, quanto mais se desenvolve a cadeia produtiva do petróleo, desenvolve-se também a indústria, gerando empregos e extraindo o máximo da riqueza desse mineral. Exportar petróleo cru é, portanto, optar por não desenvolver a indústria brasileira.

Antônio Moraes, presidente da FUP, ao tratar da crise de abastecimento em São Paulo, questionou: “Por que também não falta energia, já que a água que gira as turbinas das hidrelétricas é a mesma que deveria cair nas torneiras das casas?”, afirmando que não se trata da “seca” anunciada pelos meios de comunicação de massas, estranhamente localizada em apenas um estado do país, mas de uma verdadeira falência na gestão do governo do PSDB.

José Josivaldo, da coordenação nacional do MAB, reforçou a importância de fortalecermos ainda mais a luta dos atingidos por barragens com a luta dos trabalhadores do setor elétrico, compreendendo que a construção de um Projeto Energético Popular é tarefa de toda a classe trabalhadora.

O seminário continua hoje, dia 3, com os temas:

- Estado e sociedade no planejamento, regulamentação e organização da indústria de energia e os desafios ao nordeste brasileiro.

- Os desafios para a classe trabalhadora na construção do projeto energético popular.



Índice de progresso social na Amazônia é inferior à média nacional

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.09.2014

Pesquisador do Imazon fala dos indicadores considerados na pesquisa e explica os fatores relacionados ao baixo desempenho da região

Por Beth Begonha, em EBC Rádios

O programa Amazônia Brasileira recebe, nesta quarta-feira (03), o pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), Adalberto Veríssimo. O mestre em Ecologia fala aos ouvintes da Rádio Nacional da Amazônia sobre a última pesquisa do instituto que apontou para um índice de crescimento social menor das cidades da Amazônia em relação às de outras regiões do país. A pesquisa foi divulgada no mês passado e mostra o Índice de Progresso Social (IPS) médio da Amazônia de 57,31, inferior à média nacional, de 67,73.

O levantamento levou em consideração 43 indicadores, agrupados em três dimensões, para a avaliação do progresso social e ambiental em 772 municípios da região e seus nove estados, onde foram avaliados o desempenho da Amazônia nos quesitos de necessidades humanas básicas, fundamentos para o bem-estar, sustentabilidade dos ecossistemas, o de oportunidades, onde foi apontado o pior desempenho, entre outros fatores.

A partir disso, Adalberto Veríssimo explica aos ouvintes do programa Amazônia Brasileira como o baixo desenvolvimento social da Amazônia está relacionado à expansão das demais regiões brasileiras, o aumento da pressão antrópica nas cidades da região Norte e, consequentemente, ao surgimento de áreas de periferia.

Ele dá, também, mais detalhes sobre a pesquisa, revelando como o resultado encontrado pode ajudar a trazer à população da região a cobrar melhorias nas questões sociais e ambientais pesquisadas.

O programa Amazônia Brasileira vai ao ar de segunda a sexta-feira a partir das 08h na Rádio Nacional da Amazônia, em rede com a Rádio Nacional do Alto Solimões, onde é transmitido ao vivo às 05h. A apresentação é de Beth Begonha.

Índios realizam operação para conter desmatamento em área do Maranhão
SÍTIO G1, 04.09.2014

Guerreiros Ka'apor atuaram no interior da Terra Indígena Alto Turiaçu. Madeireiros ilegais foram 'detidos'; acampamentos foram desmontados.



Imagens divulgadas nesta quinta-feira (4) pela agência Reuters mostram índios da etnia Ka'apor em operação realizada por eles contra madeireiros que agiam no interior da Terra Indígena Alto Turiaçu, nas proximidades de Centro do Guilherme, cidade com pouco mais de 12 mil habitantes localizada no Maranhão.

O fotógrafo Lunaé Parracho acompanhou um grupo de indígenas na operação, realizada em 7 de agosto. Segundo a Reuters, os índios agiram de maneira independente como forma de protesto à falta de assistência do governo para expulsar os madeireiros ilegais de suas terras.

As imagens mostram os indígenas correndo atrás dos madeireiros, que foram rendidos e tiveram as mãos amarradas. Alguns tiveram parte das roupas retiradas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 156 / 2014

Brasília, 04 de setembro de 2014.

A TI Alto Turiaçu tem 5.305 km² de área e compreende seis cidades do Maranhão. A ação acabou com um caminhão queimado e a abordagem de não indígenas envolvidos no desflorestamento. Os guerreiros Ka'apor contaram com a ajuda de outras quatro tribos da região. Os acampamentos encontrados foram destruídos.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) informou ao G1 que os indígenas, chamados de "guardiões da floresta", tem realizado naquela região ações de apreensão de madeireiros ilegais. Em nota, a Funai disse ainda que "tem conhecimento destas ações e já solicitou apoio policial para evitar que ocorram excessos ou conflitos".

Durante a ação, os madeireiros tiveram as mãos amarradas e foram despidos de suas roupas (Foto: Lunaé Parracho/Reuters) Durante a ação, os madeireiros tiveram as mãos amarradas e foram despidos de suas roupas (Foto: Lunaé Parracho/Reuters)
tópicos:



“Ocupar as ruas e praças por liberdade e direitos”

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.09.2014

Waldemar Rossi* – Correio da Cidadania

O Grito dos Excluídos deste ano (2014) quer ser a expressão dos movimentos sociais que vêm reagindo à tentativa da burguesia encastelada nos poderes da Res-Pública de reeditar a famigerada Lei de Segurança Nacional, lei imposta pelas armas da ditadura civil-militar e derrotada pela persistente resistência e organização popular.

Acostumada a “deitar e rolar” sobre os direitos do povo trabalhador, a burguesia não se conforma em ver o povo reocupar os espaços públicos, legitimamente seus e não apenas de alguns privilegiados.

Surpreendidos pelas novas gerações que se rebelam com as falcatuas praticadas por governantes mancomunados com grandes empresas nacionais e internacionais, mas que permanecem impunes, os exploradores do povo de tudo fazem para manter sua dominação e exploração a qualquer custo.

Assim vem sendo o tempo todo. O dinheiro do povo é despejado às mancheias para as grandes empreiteiras que constroem os “elefantes brancos”, superfaturam obras públicas – que sucumbem antes mesmo de serem entregues à opinião pública -, além de favorecerem o agronegócio exportador em detrimento da reforma agrária, entregarem serviços públicos para a exploração do capital privado e jogarem na lata do lixo os serviços essenciais da saúde, da educação, da moradia popular, do saneamento básico, do transporte coletivo de qualidade.

Parcelas significativas das gerações mais jovens já não se iludem com a mídia mentirosa que desinforma, já não aceitam passivamente tanta bandalheira, nem continuarem sendo tratadas como seres humanos de segunda ou terceira classe. Por isso mesmo, vêm ocupando os espaços públicos, expressando seu descontentamento e exigindo mudanças radicais nas políticas deste país.

Nem mesmo a violência brutal de uma polícia ordenada (ou adestrada?) com a colaboração da CIA norte-americana vai conseguir impedir que essa parcela consciente do povo avance na conquista e garantia dos seus direitos, principalmente do direito da manifestação pública legítima, direito consagrado pela nossa Constituição e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas).

Como de costume, a luta é e será árdua, mas não irá parar. O povo já entendeu que nenhum direito cai como chuva, não vem dos políticos de plantão, nem são benesses dos poderosos, nem mesmo vem por milagre como muitos esperam que aconteça.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 156 / 2014

Brasília, 04 de setembro de 2014.

Como sempre aconteceu e acontece na história dos oprimidos, a libertação é fruto da tomada de consciência, de práticas de enfrentamento com os poderosos e do avanço de sua organização e disposição para a luta.

Também já não cola com a mesma força de antes o engodo preparado pela TV de "atos de violência" de alguns, até mesmo de policiais infiltrados como provocadores – tantas vezes flagrados por câmaras amadoras –, para "criminalizar" o conjunto das ações do povo que protesta e exige JUSTIÇA.

O Grito dos Excluídos deste ano entra na sua vigésima edição e se espalha Brasil afora. A cada ano, novas cidades se organizam e preparam suas manifestações. São passos crescentes e necessários para fazer frente às injustiças que continuam sendo praticadas no Brasil.

Os "legados da Copa" não foram suficientes para enganar o povo todo o tempo todo. A verdade nua e crua vai aos poucos aparecendo e mostrando até mesmo para os mais ingênuos que os poderosos, a mídia e os políticos mentem. E isto vai despertando as consciências e gerando rebeldias.

Santa rebeldia quando se transforma em esforço de organização, prática de solidariedade entre os explorados e anseio de libertação e justiça!

*Metalúrgico aposentado e coordenador da Pastoral Operária da Arquidiocese de São Paulo.



Boletim de Notícias - Edição nº 156 / 2014

Brasília, 04 de setembro de 2014.

Festa de comemoração dos 4 anos de criação do Museu indígena Jenipapo-Kanindé
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.09.2014



Nós, Jenipapo-Kanindé temos a honra de convidar todos os parentes, amigos e colaboradores para a festa de comemoração dos 4 anos de criação do Museu indígena Jenipapo-Kanindé.

Programação das atividades:

Roda de conversa sobre a trajetória do museu indígena Jenipapo-Kanindé

Debatedores: Cacique Pequena, Preá Alves (coordenador do Museu Indígena Jenipapo Kanindé) e João Paulo Vieira (Consultor do Programa Pontos de Memória/Ibram, Projeto Historiando e Rede Cearense de Museus Comunitários)

Apresentação cultural do grupo Kunhã Spyara

Exibição do vídeo sobre a história do povo Jenipapo-Kanindé

Ritual sagrado do Toré

Pratos tradicionais Jenipapo-Kanidé.

Local: Lagoa da Encantada

Data: dia 12 de setembro de 2014

Horário: A partir das 17 horas.

Contatos: Preá (85) 8736 5696



Carta aberta à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) do Brasil
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.09.2014

Para: Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) do Brasil

Nós, abaixo assinados, fomos informados de que a FuturaGene, firma de biotecnologia de propriedade exclusiva da empresa de papel e celulose Suzano, apresentou uma solicitação para o plantio comercial de eucalipto geneticamente modificado (GM).

A Suzano/FuturaGene e outras empresas, como Fibria (ex-Aracruz) e ArborGen, vêm realizando experimentos de pesquisa e de campo com árvores GM há anos. O interesse da Suzano/FuturaGene tem sido o de aumentar a produtividade de suas plantações de árvores. A empresa argumenta que a nova árvore GM irá resultar em um aumento de 20% na produtividade e, assim, elevar "a competitividade e os ganhos ambientais e socioeconômicos por meio de maior produtividade, usando menos terra e, portanto, menos insumos químicos em geral, com menor liberação de carbono, bem como tornando a terra disponível para a produção ou a conservação de alimentos, e aumentando a renda dos produtores integrados". (1) Essas afirmações contradizem os fatos que serão tratados a partir das informações a seguir.

Árvores transgênicas agravam os problemas provocados por plantações industriais de árvores, em vez de reduzi-los

O uso de árvores GM de crescimento mais rápido em plantações industriais vai exacerbar os já conhecidos impactos sociais e ambientais negativos causados pelas plantações industriais de árvores, além de introduzir outros, devido aos riscos adicionais inerentes à engenharia genética.

As empresas de plantação industrial de árvores há muito prometem que os ganhos de produtividade levariam a menos uso da terra. No Brasil, por exemplo, onde a produtividade das plantações de monoculturas de árvores por hectare aumentou de 27 m³/ha/ano nos anos 80 para 44 m³/ha/ano atualmente, a área coberta por plantações cresceu, passando de cerca de 4 milhões de hectares no final daquela década para mais de 7,2 milhões de hectares hoje em dia. Historicamente, portanto, não há evidências de que o aumento da produtividade tenha levado à ocupação de menos terra por plantações industriais de árvores no Brasil. A recém-formada Indústria Brasileira de Árvores (IBA), que representa a indústria brasileira de plantação industrial de árvores, afirma que pretende duplicar a área desse tipo de plantação para 14 milhões de hectares até 2020.

Suzano busca abrir novos mercados para plantações de árvores

A Suzano abriu recentemente uma nova fábrica de celulose no Maranhão, com capacidade para 1,5 milhão de toneladas/ano. Serão necessárias enormes áreas de terras cobertas com monoculturas de árvores para atender à atual demanda da Suzano por celulose, bem como à



demanda adicional, especialmente seus planos de explorar novos usos da madeira com um projeto no mesmo estado, para produzir e exportar pellets para produção de energia, a serem queimados em conjunto com carvão no Reino Unido. O uso de biomassa para produzir energia em escala industrial continua muito polêmico, e seus impactos sociais, ambientais e climáticos negativos já foram bem documentados.

O povo e meio ambiente brasileiros serão prejudicados

Tanto o projeto de celulose quanto o de pellets visa exclusivamente lucrar com novas oportunidades de mercado – que é a missão de Suzano. Enquanto os lucros dessa expansão revertem para os acionistas da empresa, os custos sociais, ecológicos e econômicos, bem como o aumento do risco para a soberania alimentar regional e a saúde serão suportados pelo povo brasileiro, e principalmente pelas comunidades locais cercadas por plantações. Já existem numerosos e graves conflitos pelo acesso à terra, e as condições de vida das comunidades cercadas pelas operações da Suzano se deterioraram a ponto de muitas delas estarem lutando para garantir sua soberania alimentar e correrem cada vez mais riscos de perder seus territórios(2).

Cultivos transgênicos levam a um aumento da aplicação de agrotóxicos

Além disso, não há razão plausível para esperar que o uso de “insumos químicos”, incluindo agrotóxicos, diminua como resultado do plantio de árvores GM. Pelo contrário, ele aumentará com a crescente ocupação do solo que está planejada e a intensificação dos ciclos de cultivo e o consequente esgotamento da terra e dos nutrientes. O Brasil, infelizmente, já é o principal consumidor mundial de agrotóxicos, causando prejuízos a centenas, senão milhares de vítimas por ano, aumentando a pressão sobre os já insuficientes serviços de saúde pública. As monoculturas industriais de árvores, carentes de biodiversidade e promovidas em escala muito grande, vão aumentar em muito a aplicação de agrotóxicos. Já foi provado que é falso o argumento usado pelo lobby da tecnologia GM, de que a introdução dessas culturas – como soja e milho – resulta em menor uso de pesticidas e fertilizantes. Em países como Brasil, Argentina e Estados Unidos – pioneiros na produção de soja e milho GM – a pesquisa mostrou não uma diminuição, mas sim um aumento alarmante no uso de agrotóxicos.(3)

Esgotando o solo e as reservas de água

Modificar geneticamente as árvores para fazê-las crescer mais rápido, enquanto se planta em uma porção de terra em contínua expansão em plantações industriais de árvores cada vez maiores, só vai levar a um maior esgotamento dos nutrientes do solo e da água doce. Isto se aplica principalmente ao eucalipto, já famoso por seu voraz consumo de água, que mostrou causar secagem total de solos, nascentes e cursos d’água ao seu redor. As comunidades que vivem em torno de plantações de árvores não geneticamente modificadas, dentro e fora do Brasil, já fizeram muitos relatos de escassez de água e esgotamento do solo. A introdução de árvores GM de crescimento mais rápido só irá agravar ainda mais esta situação.

Impactos negativos inesperados de cultivos transgênicos podem ser ainda piores com árvores transgênicas



Existem graves incertezas com relação aos potenciais impactos ambientais e socioeconômicos das árvores geneticamente modificadas. Já foram relatados impactos inesperados das culturas alimentares GM, incluindo a proliferação de ervas daninhas resistentes a herbicidas, o surgimento de pestes secundárias que dizimam os cultivos, mudanças na fertilidade, como taxas mais elevadas de cruzamento, além de maior alergenicidade. Considerando-se o ciclo de vida longo e muitas vezes complexo das árvores e sua interação com a biodiversidade, é praticamente impossível prever as consequências e os impactos das árvores geneticamente modificadas. Embora não seja nativo do Brasil, o eucalipto é plantado com frequência, e a contaminação de eucaliptos não transgênicos pelo eucalipto GM é outro risco grave, embora a FuturaGene, paradoxalmente, aponte-o como algo positivo.⁽⁴⁾ Alterará o caráter invasivo, atrairá novas pestes, enfraquecerá ou deterá os predadores? Essas perguntas nunca foram feitas e não há dados para respondê-las. O catálogo de riscos é alto.

Com base no histórico das plantações industriais de árvores e na introdução de culturas GM em geral, negamos a alegação da indústria de que a sociedade como um todo se beneficiaria da liberação comercial e do plantio de árvores GM. As evidências existentes apontam diretamente na direção oposta. O único benefício que vemos nesta nova tecnologia de alto risco com impacto futuro desconhecido (e um possível custo incalculável) é o de maiores lucros para os acionistas da Suzano.

Demandamos não autorizar o plantio comercial de árvores transgênicas

Pelas razões acima mencionadas, cientistas, advogados e organizações do mundo todo estão pedindo uma moratória global sobre a liberação comercial de árvores geneticamente modificadas, devido a seus impactos sociais e ecológicos desconhecidos, mas potencialmente graves, e a seus riscos econômicos incalculáveis, que recairiam esmagadoramente sobre o público.

Portanto, as organizações e pessoas abaixo-assinadas desejam expressar sua profunda preocupação e exortar a CTNBio a não autorizar o plantio comercial do eucalipto GM pela Suzano/FuturaGene ou por qualquer outra empresa que também tenha feito, ou venha a fazer no futuro, uma solicitação para essa liberação.

Assinaturas de Entidades:

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela vida
Via Campesina – Brasil
O Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social
Fundação Padre José Koopmans – FUNPAJ
Sindicato dos Bancários do Extremo Sul da Bahia
Movimento de Luta pela Terra (MLT)
Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)
RECOMA – Rede Latinoamericana contra os monocultivos de árvores
Terra de Direitos – Brasil
Cepedes – Centro de Estudos e Pesquisas para o desenvolvimento do Extremo Sul Bahia
Comissão Indigenista Missionário (CIMI)



Rede Ambiental do Piauí-REAPI, Brasil
CEAS – Centro de Estudos e Ação Social – Salvador – Bahia
Fórum de Entidades e Movimentos Sociais do Sudoeste da Bahia
Amigos de la Tierra – Paraguay
Justiça nos Trilhos – Brasil
ETC Group, internacional – Silvia Ribeiro
Fórum de Entidades e Movimentos Sociais do Sudoeste da Bahia
Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais-ADECRU, Moçambique
União Nacional de Camponeses – UNAC membro da La Via Campesina Africa
Red de Coordinación en Biodiversidad, Costa Rica
Coecoceiba, Costa Rica
Red por una América Latina Libre de Transgénicos
Otros Mundos AC/Chiapas, México
Acción Ecologica, Ecuador
Savia – Guatemala
Amigos de la Tierra – Argentina.
Amigos de La Tierra – Uruguay
Colectivo de Comunicación Mapuche Mapuexpress
PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
Instituto de Investigacion y Capacitacion Agraria – Jorge Ernesto Llosa Montagne – Pozuzo
IINCAGRO – POZUZO, Peru
Instituto Socioambiental e Educacional de Carrancas – MG Leandro José de Oliveira, Engenheiro Florestal,
Movimiento de Chacreros del Ejido de Mercedes, Pablo Martinez Bravo Uruguay
Instituto de Permacultura da Bahia – Catarina S. Camargo
Movimento Roessler para Defesa ambiental
Grupo NSAE – Maurício Takeshi Uehara
CEMEAR – Centro de Motivações Ecológicas e Alternativas Rurais, Pres. Getúlio / SC – Alexandre Tkotz,
Ecologistas en Acción – Espanha
Marea Azul AC – Marco A. Rodriguez Badillo - México.
Centro de Estudos Ambientais – Cíntia Barenho – Brasil
Ong Caatinga – Celma Gomes de Lemos – Brasil
Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul – Brasil
GRUPO DE ESTUDIOS AMBIENTALES (GEA AC), Mexico
Articulação Nacional de Agroecologia- ANA – Brasil
Grupo Contestatores – Teatro de Rua
Cooperativa Cooperar (MST) – David Luiz M. Wigg – Brasil
Association Franco Uruguayenne – Luis A Franco, France
ACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul, Rio de Janeiro
ONG BIOS – Rocío Damiano, , Argentina
Red de Custodios de Semillas en Risaralda y Red de Familias Quindianas Custodias de Semillas Libres, Juan Sebastián Barrera Montealegre - Colombia.
Grupo Guayubira – Uruguay
Aliança RECOs – Redes de Cooperação Comunitária Sem Fronteiras
Movimento Mulheres pela P@Z!
ONG GNOSE AMOR MAIOR - JOSÉ DIAS DA FONSECA,



Grupo Paso a Paso (integrado a Red de Agroecología del Uruguay,
Junta de Acción Comunal del Barrio Laureles, de la Ciudad de Ibagué – Rodrigo López
Oviedo, Colombia
Fernando Avarez Ramírez, Red Escuelas Campesinas de Agroecología Y Custodios De
Semillas, Colombia.
Movimento Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho – Cesar Cardia,
Comunidade Ecológica Martin Luther King
Movimiento Generación 80 (G80)
LIBERTARIO GONZÁLEZ, Organización: Asamblea Popular Plaza el Ombú, Argentina
Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas CAA – Brasil
Movimento Geraizeiro: guardião do Cerrado MG – Brasil
Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais do Norte de Minas – Brasil
Alberto Pastor Escobar, Director del Plantel, Paraguay
Asociación de Productores Orgánicos de la Zona Norte (Asoprozon) Javier Baltodano
Aragón , Upala – Costa Rica
Colectivo VientoSur – Chile
ASSOCIATION POUCE VERTE – LE PRE ST. GERVAIS, Hilary Sandison, Francia
Assessoria Técnica Popular Dignitatis, Brasil
Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH/UFPB) – Projeto Ymyrapytã : Povos,
Comunidades Tradicionais e Meio Ambiente – Brasil
Igor SH de Carvalho, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, Brasil
Coletivo Tartaruga – Diego Menezes – Brasil
ECO SITIO, Argentina
BIOS ARGENTINA, Argentina
Lic. Silvana Buján, Argentina
RENACE – Red Nacional de Acción Ecologista de la Argentina www.renace.net
Universidad de Granada, Consejería de Educación de la Junta de Andalucía
Agrupacion de Mujeres Mapuche XANALAWEN, Jeannette Paulina Canio Ñanculeo,
Presidenta: Chile
Associação de Mulheres Rurais Nova Galiléia – Colider/MT Norma Apª de Oliveira, Brasil
APROMAC – Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte / Brasil
AMAR – Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária - Brasil
TOXISPHERA – Associação de Saúde Ambiental – Brasil
Observatorio Latinoamericano de Conflictos Ambientales, Chile
María Isabel Cárcamo, RAPAL, Uruguay
Red de Coordinación en Biodiversidad, Carlos Eduardo López Quirós – Costa Rica
Fórum de Juventude Negra – PE – Brasil
Movimento Negro Unificado – PE – Brasil
Central de Movimentos Populares – PE – Brasil
Sociedade das Jovens Negras Feminista – PE – Brasil
Caminhada de Terreiro de Pernambuco – PE – Brasil
Movimento de Luta e Resistência Popular – PE – Brasil
Rede Jovem Nordeste – PE – Brasil
Rede Brasileira de Justiça Ambiental – Brasil
Rede Alerta contra o Deserto Verde – Brasil
Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil – RS
Relações Raciais, Desigualdades Sociais e Educação da UNIGRANRIO – Brasil



Boletim de Notícias - Edição nº 156 / 2014

Brasília, 04 de setembro de 2014.

Articulação Popular São Francisco Vivo (MG / BA / PE / AI / SE)
Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara – AHOMAR –RJ
Sindicato dos Pescadores Profissionais e Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro – SINDPESCA-RJ
Comissão Pastoral da Terra – CPT Nacional
GEDMMA (Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente), vinculado à Universidade Federal do Maranhão – MA
Núcleo TRAMAS – Trabalho, Meio Ambiente e Saúde Faculdade de Medicina – Universidade Federal do Ceará

Assinaturas individuais:

Paulo Brack , Coordenação InGá – Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais
Debora F. Lerrer, Professora-Adjunta do CPDA/UFRRJ
Luis Bonaje Negrin Plasencio
María Jacinta Sánchez Marcos, España
Antônio Roberto Achel, servidor público
Paulo Roberto da Silva – Universidade Federal Fluminense, Brasil
Marcia Regina do N de Souza, Brasil
Veronica Gonzalezes – Argentina
Francisco das Chagas Loiola Maia, associado e Técnico em Educação Ambiental da ADAARI -(Associação de Desenvolvimento Ambiental e Agroecológico da Região dos Inhamuns)
Odile JACQUE, FRANCE
María Cristina Weber Quinteros, Uruguay
Múcio Tosta Gonçalves. Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)
Hugh Lacey. Pesquisador Colaborador Estrangeiro no Projeto Temático da FAPESP: "Gênese e significado da tecnologia: relações entre ciência, tecnologia e sociedade", Instituto de Estudos Avançados (IEA), Universidade de São Paulo (USP). Autor do livro, A Controvérsia sobre os Transgênicos: questões científicas e éticas. São Paulo: Editora Idéias e Letras, 2006.
Sergio Argüello Reyes. Psicólogo. Guatemala
Fábio Augusto Denardin Klein
Heloísa Rey Farza - Gerência Geral de Toxicologia- ANVISA
Tania Pacheco – Blog Combate Racismo Ambiental, Brasil
Olinto Ramos Filho – Brasil
Ricardo Corrales – Costa Rica
Bernadete de Oliveira – Brasil
Rosalee Albuquerque Coelho Netto, Manaus, AM – Brasil
Luis Eduardo Tantessio – Uruguay
Cordula Eckert - Engenheira Agrônoma, Emater/RS-Ascar
Luana Rockenbach – Brasil
Lygia Campos - Alemanha
Susana Prizendt, Coordenadora, Comitê Paulista da Campanha Contra os Agrotóxicos e Pela Vida
Maria Nelida Burgos – Brasil
William Martínez – Uruguai
Yolanda Reyes _ Colectivo Resistencia Sur – Ecuador



Paulo Cesar da Costa Lima – Brasil
William Alessandro Germano – Estúdio Sete Sinos, arte ecológica
Roger Chaves – Costa Rica
Ana Lucia Rapetti Rava, vecinos de la Sierra de Rocha, Uruguay
Adenor Vicente Wendling, Doutorando – UFSC
Prof. Dra. Liliete Canes Souza Cordeiro, Departamento de Análises Clínicas. Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina
Fabio Nolasco, UFMT, Cuiabá-MT-Brasil
Mateus Oliveira – Brasil
Abogado Gonzalo Taborga Molina, fundador, ex-Secretario Internacional y ex-Presidente de la Comisión Chilena de Derechos Humanos
ANGELAINE ALVES – ESPAF
Ana Karoline Rodrigues Dias – ESPAF (Escola de Formação Política e Cidadania)
Prof. Paulo Kageyama, Nucleo de Cultura e Extensao em Educacao e Conservacao Ambiental – NACE-PTECA, Piracicaba-SP
José Otávio Varella, Engenheiro Agrônomo, EMATER-RS, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo/RS
Inês Mendes Pinto, Prefeitura Belo Horizonte
José Lourenço Pechtoll
José Luís Ciotola Guimarães – autônomo
Elder Andrade Paula, NUPESDAO/UFAC, Brasil
Cristiana Amarante (Rio de Janeiro) – Brasil
Rosemeire Aparecida de Almeida, UFMS-Campus de Três Lagoas – Brasil
Daniel de los Campos
Beti Bernstein, profesora de Química, Argentina-Uruguay
Gervasio Espinosa, editor de textos de la ciencias sociales, Argentina-Uruguay
Claudio Luiz G. Marques, Engº Agrônomo – Perito Federal Agrário, SR(09)PR/INCRA
João Ernesto Mota Martins, Comunicador na ONG Esplar (Escritório de Planejamento Rural).
Fernanda Teixeira Frade Almeida, Ministério da Educação
Ana Reis – Brasil
Luã de Souza Veiga, graduando em Agroecologia pelo IF Sudeste- MG, membro do NOEA(Nucleo de Observação e Estudos em Agroecologia)
Monica Kumpera, Brasil
Fernando Braga Campos, Brasil
Ignacio Stolkin, Uruguay
Ana Victoria Molina Betancor, Colombia
Viviana Lima Silva, PhD in Plant Biotechnology por la Universidad de Malaga, España
Pamela Cabrera, Chile
Irene Iturriberry, Proyecto “Gestión Ambiental del Abrazo del Solís Grande”, Uruguay
Emília Wanda Rutkowski, bióloga, coordenadora FLUXUS/FEC/UNICAMP
Antonio Graziano, Italia-Uruguay
Roberta Graf
Aparecida Oliveira, Salvador BA
Stéphan Bry, Ilhéus – BA
Jean Pierre Leroy, Fase, Rio de Janeiro – Brasil
Hernando Upegui G., Presidente. Asociación de Apicultores del Quindío, Colombia
Antonia Acuña Ipinza, Chile



SIMONE RAQUEL BATISTA FERREIRA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)

Flávia Maria Galizoni, Professora da UFMG /Instituto de Ciências Agrárias
Coordenadora do Núcleo PPJ/Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar

Silvia Rodriguez Cervantes, Costa Rica

Marina Panziera, trabajadora de la Administración de Parques Nacionales de Argentina

Osvaldo Nicolás Pimpignano, Iniciativa Radial, Argentina

Luis E. Sabini Fernández, Uruguay

RAQUEL MAIA, Pesquisadora-Sociedade Civil, Montes Claros, Brasil

Vladimir Oganauskas Filho – mestrando em Desenvolvimento Rural Sustentável pelo Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas da UFSC.

Marina de Castro Schwab, mestranda de Eng. Ambiental/UFRJ.

Gabriel Perfeito Castro, Brasil

Nemesio Juan Rodríguez Mitchell, Investigador, PUIC-UNAM (ex-PUMC-UNAM), México

MARIA CLOTILDE PEREZ PERSICO, BUENOS AIRES – ARGENTINA

Dr. Rosemary Galli, Observatorio das Nacionalidades

Víctor L. Bacchetta, periodista, Uruguay.

Jan van Dijk, Movimiento en Defensa del Medio Ambiente de La Higuera, Chile

Eukarys Colmenares Leal, Montreal – Canada

Humberto Jiménez Saa, Ph.D., www.hjimenez.org, Costa Rica

Mayron Régis Brito Borges, Brasil

Reinaldo Barberine CPT Sudeste de Minas Gerais

José Luís da Silva Costa, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST-MA).

Juliana Pazinato, MST/PR, Brasil

Jonathan Mazzini – Brasil

Fernanda Matheus – engenheira agrônoma

Gabriela Scotto – NESA/Núcleo de Estudos Socioambientais – UFF, Brasil

Ing. Angel A. Cruz Diloné

Marcos Penna Sattamini de Arruda

María del Pilar Morales Bartaburu – Uruguay

Notas:

(1) <http://www.futuragene.com>

(2) <http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/plantacoes-de-eucalipto-para-energia-o-caso-da-suzano-no-baixo-parnaiba-maranhao-brasil/>

(3) http://www.gmwatch.org/files/GMsoy_Sust_Respons_SUMMARY_SPA_v1.pdf

(4) <http://www.theguardian.com/environment/2012/nov/15/gm-trees-bred-world-energy>



Nota sobre cartas que serão entregues hoje à CTNB sobre pedido da empresa FuturaGene/Suzano para plantar e comercializar eucalipto transgênico
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 04.09.2014

260 organizações do Brasil, América Latina e de outros continentes entregam hoje cartas à Comissão Técnica Nacional de Biosegurança do Brasil (CTNBio) manifestando sua profunda preocupação e instando a Comissão a não autorizar o pedido da empresa FuturaGene, propriedade da Suzano, para plantar e a comercializar árvores de eucalipto transgênico

Brasília, 4 de setembro 2014

Hoje, em Brasília, um grupo composto por integrantes do MST, MPA, da Via Campesina e Terra de Direitos entregam duas cartas(1) nas quais 260 grupos de mais de 40 países exigem da CTNBio rejeição ao pedido da empresa Suzano Papel e Celulose, através da FuturaGene, de liberação do uso comercial de árvores transgênicas.

As cartas serão lidas e entregues durante uma audiência pública organizada pela CTNBio especialmente para tratar deste pedido da Suzano/FuturaGene 2). O interesse da Suzano/FuturaGene é, com as árvores transgênicas, aumentar a produtividade de suas plantações da monocultura de eucalipto. A empresa argumenta que a nova árvore geneticamente manipulada (GM) irá resultar em um aumento de 20% na produtividade e, assim, elevar "a competitividade e os ganhos ambientais e socioeconômicos por meio de maior produtividade, usando menos terra e, portanto, menos insumos químicos em geral, com menor liberação de carbono, bem como tornando a terra disponível para a produção ou a conservação de alimentos, e aumentando a renda dos produtores integrados".

No entanto, as organizações e movimentos sociais na sua carta argumentam que "As empresas de plantação industrial de árvores há muito prometem que os ganhos de produtividade levariam a menos uso da terra. No Brasil, por exemplo, onde a produtividade das plantações de monoculturas de árvores por hectare aumentou de 27 m³/ha/ano nos anos 1980 para 44 m³/ha/ano atualmente, a área coberta por plantações cresceu, passando de cerca de 4 milhões de hectares no final daquela década para mais de 7,2 milhões de hectares hoje em dia. Historicamente, portanto, não há evidências de que o aumento da produtividade tenha levado à ocupação de menos terra por plantações industriais de árvores no Brasil."

João Pedro Stédile do MST afirma que "as plantações de milhões de hectares de monoculturas de árvores no Brasil e sua contínua expansão para celulose de exportação é um dos principais entraves para que a luta pela reforma agrária no país avance".

Marciano Silva, do MPA, diz que: "é de suma importância acrescentar que essa tecnologia em debate na CTNBio (redução de lignina nas árvores) é muito perigosa por causa do fluxo gênico, que transportará o pólen a cultivos destinados à produção de madeira, e que pode causar

CONT.



problemas/morte de abelhas, prejudicando a polinização natural e consequentemente a produção agrícola, com perdas biológicas (ambientais) e econômicas”.

Em relação ao uso de agrotóxicos a carta afirma que “já foi provado que é falso o argumento usado pelo lobby da tecnologia GM, de que a introdução dessas culturas – como soja e milho – resulta em menor uso de pesticidas e fertilizantes. Não há razão plausível para esperar que o uso de “insumos químicos”, incluindo agrotóxicos, diminua como resultado do plantio de árvores GM. Pelo contrário, ele aumentará com a crescente ocupação do solo que está planejada e a intensificação dos ciclos de cultivo e o consequente esgotamento da terra e dos nutrientes.”

Ivonete Gonçalves, coordenadora da ONG CEPEDES da Bahia, disse que “O Brasil, infelizmente, já é o principal consumidor mundial de agrotóxicos, fazendo centenas, senão milhares, de vítimas por ano, aumentando a pressão sobre os já insuficientes serviços de saúde pública. Expandir o modelo da monocultura de eucalipto com árvores transgênicas significa agravar a contaminação da terra e da água e aumentar o número de comunidades camponesas expulsas de suas terras.”

Conforme rege a legislação nacional, o Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS) deve realizar análises de impactos socioeconômicos derivados da possível liberação comercial de árvores transgênicas antes de qualquer decisão final no tema. Nesse sentido André Dallagnol, advogado da ONG Terra de Direitos disse que “uma análise séria, baseada no princípio da precaução, e que levasse em conta os impactos ambientais aliados aos socioeconômicos, mostraria imediatamente que a liberação de árvores transgênicas prejudicará ainda mais o povo brasileiro, especialmente no campo já afetado pelo modelo do agronegócio.”

“A ameaça da liberação de árvores transgênicas no Brasil e um outro processo de liberação parecido simultaneamente ocorrendo nos Estados Unidos são um alerta não só para as Américas, mas para os povos dos muitos países no mundo, onde grandes empresas aplicam este modelo de produção em base de monoculturas em larga escala. A indústria será a principal a se beneficiar desta nova técnica perigosa, enquanto comunidades que já sofrem dos impactos negativos das monoculturas de árvores pagarão mais uma vez os custos sociais, ecológicos e econômicos da opção pela indústria de silvicultura de “brincar” com a natureza, sem que ela saiba avaliar com segurança os impactos a médio e longo prazo para as árvores e florestas nativas”, afirma Teresa Perez, integrante do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais.

-

Para entrevistas a respeito:

André Dallagnol, Terra de Direitos, Brasil. Tel: +55 41 3232-4660; +55 41 9736-7661

Marciano Silva, MPA, Brasil. Tel: + 55 61 9681-6747

Ivonete Gonçalves, CEPEDES. Brasil. Tel: +55 73 8161 8259; +55 73 9174 5918

Escritório do MST, Setor de comunicações. Brasil. Tel +55 61 32260273

Teresa Perez, Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, Uruguai. Tel: +598 24132989; +598 24100985

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 156 / 2014

Brasília, 04 de setembro de 2014.

Documentos:

Carta aberta à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) do Brasil
<http://racismoambiental.net.br/2014/09/carta-aberta-a-comissao-tecnica-nacional-de-biosseguranca-ctnbio-do-brasil/>

Statement in Support of the "Open Letter to CTNBio" (somente em inglês)
<http://worm.org.uy/pt/acoes-e-campanhas/statement-in-support-of-the-open-letter-to-ctnbio/>

Edital da audiência
<http://www.ctnbio.gov.br/index.php/content/view/4581.html>



Paraguai traça desafio para evitar desaparecimento de línguas indígenas

SÍTIO BOL, 03.09.2014

Chema Orozco.

Assunção, 4 set (EFE).- O guaná, com apenas quatro falantes, é uma das línguas indígenas que correm perigo de desaparecer no Paraguai, que tem como desafio preservar seus 20 idiomas originais se não quiser perder parte de uma cultura ancestral que historicamente foi deixada de lado por suas instituições.

As cerca de 20 línguas nativas do Paraguai são divididas em cinco famílias linguísticas (guarani, matakó, zamuko, maskoy e guaicurú), cada uma com suas respectivas variantes.

Um dos fatores que as colocam em risco é sua desvantagem em relação ao castelhano e ao guarani paraguaio, a segunda língua oficial do país, que está impregnada de palavras e estruturas sintáticas do espanhol.

O guaná, da família maskoy, é um caso mais extremo, pois seus falantes são quatro idosos que vivem em uma comunidade com cerca de 200 pessoas no norte da região do Chaco, entre os rios Paraguai e Apa.

Esse lugarejo, que se estende por 40 hectares com casas precárias e sem nenhum tipo de infraestrutura, começou a abandonar sua língua no início do século XX, quando seus membros foram trabalhar para a empresa argentina Carlos Casado, a primeira fábrica de extrato de tanino das Américas.

"Os funcionários tiveram que utilizar o idioma de contato, o guarani paraguaio, e acabaram abandonando sua própria língua. Isso causou um corte geracional e os mais jovens deixaram de falar (o guaná)", disse à Agência Efe Nieves Montiel, da Secretaria de Políticas Linguísticas.

A situação se repetiu com o fim do "boom" do tanino e os guaná se mudaram para Vallemi, perto de onde se encontram na atualidade, para trabalhar na recém-criada indústria nacional do cimento, onde o guarani paraguaio era o idioma mais utilizado.

"A invasão de uma língua dominante também ameaça o manjui, da família matakó, falado no Chaco por aproximadamente 350 pessoas, e outros idiomas da mesma região, como o tomaraho, do grupo zamuko, além do angaité e do sanapaná, na parte leste do país, ambos da família moskoi", alertou Montiel.

Algumas línguas nativas começaram a desaparecer devido a políticas de extermínio, como no caso do povo aché, da família guarani, que foi perseguido durante a ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989).

CONT.



De acordo com estudos antropológicos feitos no início da década de 1970, a população da comunidade aché foi reduzida em mais de 60% num período inferior a cinco anos devido a ocupação de suas terras ancestrais, a falta de atendimento médico e a venda de suas crianças para o trabalho doméstico.

"No caso dos aché, a perseguição começou por volta de 1910 porque eram os últimos nativos a fazer contato na região leste do Paraguai", disse à Efe Jan David Hauck, antropólogo que pesquisa essa língua.

"Os que foram enviados para reservas tiveram que falar o guarani paraguaio ou o espanhol e se estabeleceu uma espécie de hierarquia entre os que falavam essas línguas e os que não", informou Hauck.

Montiel admitiu que o Estado paraguaio demorou muito para reverter essa situação e aplicar políticas de recuperação e de igualdade linguística.

"A Constituição apoia os direitos culturais dos povos indígenas, mas até a criação, em 2002, da Secretaria de Políticas Linguísticas não houve muito trabalho institucional", disse.

No âmbito educativo, a Universidade Católica de Assunção contribuiu para a revitalização dessas línguas com a fundação de um arquivo digital que conta com gravações em áudio e vídeo, depoimentos de seus falantes e gramáticas e livros em espanhol que se referem a essas culturas.

No entanto, os especialistas reunidos na apresentação do projeto reconheceram que isso não é suficiente se os próprios falantes não tiverem o interesse de revivê-las.

Nesse sentido, Montiel opinou que o exemplo das quatro avós guaná, que se dispuseram a dar aulas do idioma a pedido da comunidade, representa um sinal de esperança.

"Em novembro fomos à comunidade e encontramos pessoas muito interessadas em recuperar sua identidade cultural. As quatro senhoras dão aulas aos fins-de-semana, orais, pois a maioria dos moradores são analfabetos, e nós oferecemos apoio através da Secretaria", disse Montiel.



Fundo Clima financia projetos em terras indígenas

SÍTIO PORTAL BRASIL, 04.09.2014

Propostas devem contribuir para o combate ao desmatamento, à desertificação e promover o uso sustentável da biodiversidade

Terras Indígenas localizadas no Cerrado e Caatinga receberão investimentos de R\$ 2,8 milhões para o apoio à elaboração de planos de gestão territorial e ambiental que devem contribuir para o combate ao desmatamento, à desertificação e para o incentivo ao uso sustentável da biodiversidade. As propostas deverão ser apresentadas até 17 de novembro.

Os recursos destinados aos projetos aprovados apoiarão a implantação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI) e da Política Nacional sobre Mudança do Clima, informa o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Serão assegurados até R\$ 150 mil para cada uma das propostas que poderão ser apresentadas por organizações da sociedade civil de interesse público, organizações indígenas, organizações indigenistas, ambientalistas e socioambientalistas, e fundações de direito privado, que trabalhem direta ou indiretamente com povos indígenas.

O Fundo Clima financia iniciativas que contribuam com a redução dos impactos da mudança do clima e com a adaptação a seus efeitos. Os recursos não reembolsáveis, como é o caso desses que favorecem as terras indígenas, são operados pelo MMA.

Planejamento

"Há previsões de redução de 35% a 45% de chuvas no Cerrado até 2100, com graves perdas de fauna, flora e comprometimento dos modos de vida indígenas", relata o Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, do MMA, Paulo Guilherme Cabral. "E a Caatinga é o bioma mais vulnerável às mudanças climáticas que decorrem do desmatamento."

Ele explica que os recursos serão destinados a projetos que favoreçam as iniciativas indígenas para o monitoramento ambiental, a recuperação de áreas degradadas, a educação ambiental e o manejo de cadeias produtivas ambientalmente sustentáveis que mobilizem as comunidades para a proteção de seus territórios.

Parceria com a Funai

O edital de seleção foi publicado no último dia 28 de agosto, no Diário Oficial da União, e os recursos serão provenientes do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, que é presidido pelo MMA.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 156 / 2014

Brasília, 04 de setembro de 2014.

O projeto denominado "Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas" é uma cooperação técnica entre a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), com apoio da Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE).

Saiba mais

O Fundo Clima é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e disponibiliza recursos em duas modalidades, a saber, reembolsável e não-reembolsável. Os recursos reembolsáveis são administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os recursos não-reembolsáveis são operados pelo MMA. Um percentual de 2% da verba anual fica reservado para o pagamento do agente financeiro e quitação de despesas relativas à administração e gestão.

Fonte:

Ministério do Meio Ambiente



Secretaria de Assuntos Indígenas é proposta do senador Delcídio do Amaral para o governo de MS

SÍTIO RURAL CEMTRO, 04.09.2014

Criação de uma secretaria extraordinária para tratar de questões indígenas e do desenvolvimento da agricultura familiar visando atender demandas de Mato Grosso do Sul relacionadas às disputas por terras e fomentar a atividade agropecuária nas pequenas propriedades. A proposta é um dos itens do plano de governo apresentado pelo candidato ao governo do Estado, Delcídio do Amaral (PT), no encontro com lideranças e produtores rurais realizado pela Famasul – Federação da Agricultura e Pecuária de MS, da última segunda-feira (1º), no auditório da Casa Rural.

Para um auditório lotado, o petista se posicionou a favor da indenização pela terra nua, além das bem feitorias, àqueles produtores que tiveram terras reivindicadas por indígenas. E afirmou que após as eleições, o Governo Federal chegará a uma solução sobre a região Buriti, que envolve áreas do município de Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia. “Os produtores apresentaram a contra proposta sobre o valor das terras naquela região. Vamos levar esses valores à Justiça, que com ajuda de um perito chegará ao fim das eleições com solução sobre o real valor das terras”, enfatizou Amaral ao caracterizar a falta de segurança jurídica como “o grande problema de MS”.

A criação de uma secretaria para a agropecuária também é sugestão do candidato Delcídio do Amaral, manifestando intenção de desmembrar a atual Seprotur – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo. “Precisamos da criação de mecanismos para o desenvolvimento de todo o Estado e não só de municípios isolados. Para isso vamos contar com grupos de trabalho, formados por representantes do governo e de entidades representativas, como a Famasul”, ressaltou.

Mudanças na logística para escoamento da produção foram tratadas com insistência pelo candidato do PT, que durante o evento, garantiu a redução de impostos que têm impacto direto sobre a produção agropecuária. “Vou reduzir a alíquota do óleo diesel em 14%, insistir na revitalização da ferrovia Noroeste e investir nos portos secos e hidrovias”, pontuou.

Delcídio do Amaral também fez questão de destacar o emprego de novas tecnologias para o campo. “Sou a favor da tecnologia e da transgenia, desde que haja comprometimento com o meio ambiente e sustentabilidade. Também incentivaremos as escolas rurais para que tenham compatibilidade com a produção local e estimule uma nova formatação nas instituições que abordarão a ciência no campo”.

Delcídio do Amaral foi o primeiro candidato a se apresentar no encontro dos candidatos a governo do Estado que melhor pontuam nas pesquisas de intenção de voto com o setor produtivo. E evento foi realizado pelo Sistema Famasul, em parceria com a Associação dos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 156 / 2014

Brasília, 04 de setembro de 2014.

Produtores de Soja – Aprosoja/MS e a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB e foi conduzido a partir das propostas apresentadas pelo setor produtivo no documento “O que esperamos do próximo Governador – Contribuições da Agropecuária para o Desenvolvimento Socioeconômico de MS”. O documento foi elaborado com a contribuição de entidades técnicas representativas, sindicatos rurais, técnicos, associações de classe e produtores rurais, englobando propostas para os diferentes segmentos que integram o setor. Também participaram do evento os candidatos ao Governo de MS, Nelson Trad Filho (PMDB) e Reinaldo Azambuja (PSDB).



Seminário de educação indígena está acontecendo na aldeia Mairob em Juara
SÍTIO ACESSE NOTÍCIAS, 04.09.2014

Profissionais da educação indígena e comunidades escolares das aldeias indígenas das mais variadas etnias da região noroeste do estado de Mato Grosso estão envolvidos em um seminário de educação na Aldeia Mairob, do povo Apiaká, em Juara. Aproximadamente 200 profissionais da educação indígena estão participando do evento.

Segundo Dionísio Marayup, diretor da escola Juporyjup e um dos organizadores do evento, aproximadamente 500 pessoas estão envolvidos no evento que é organizado pelo próprio povo indígena e conta com o apoio de FUNAI e SEDUC-MT.

O evento que acontece em uma aldeia localizada às margens do Rio dos Peixes, distante aproximadamente 65 quilômetros da sede do município, teve início na segunda-feira (01) e se estenderá até sábado (06).

(Segunda 01/09): Mediadores - Professores Zé Maria e Roberto: abertura do Seminário às 09:00 com formação da mesa de autoridades, fala das autoridades e apresentação Cultural. À tarde exposição dos diretores sobre os desafios encontrados em suas escolas. Já à noite apresentação Cultural kayabi.

(terça 02/09): Mediadores - Professores Dineiva e Venâncio: Legislação Escolar Indígena (Arruda), à tarde continuação, à noite apresentação Cultural Indígena Rikbatksa/Arara.

(quarta 03/09): Mediadores - Professores Edson e Jovanes: Legislação Escolar Indígena (Arruda), à tarde Gestão Indígena Escolar/ Regularização das Escolas Indígenas e escolas Inadimplentes (ZENIR). À noite apresentação cultural Cinta Larga e Myky.

(quinta 04/09): Mediadores - Professores Jane e Jorge Cinta Larga: SEDUC e Conselho, à tarde SEDUC- Plano de Carreira de Magistério Indígena. À noite apresentação Cultural Manoki.

(sexta 05/09): Mediadores - Professores Aldecir e Juarez Rikbaktsa: CIMI – Conjuntura Indígena e indigenista no Brasil e Mato Grosso. À tarde IFMT Campus Juína: palestra “A importância do registro dos povos indígenas” com o Professor Elziclei. Já à noite apresentação Cultural Zoró e Munduruku.

(sábado 06/09): Mediadores - Professores Zé Maria e Aldecir: ICMS – ECOLÓGICO: Ações que foram feitas/ Avaliação do Seminário/ Proposta do próximo seminário/ Escolha do local, data e tema,/ Escolha da comissão para ir a Brasília ver a questão dos Etnoterritórios. À tarde segue com a final do torneio de Futebol. Já à noite será feita a entrega dos certificados/ premiação do torneio e apresentação Cultural Apiaká.



Escolas da zona rural podem ganhar nomes indígenas, caso prefeito sancione Projeto de Lei

SÍTIO REDE TIRADENTES, 04.09.2014

Ao menos três escolas municipais terão seus nomes modificados caso o prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto sancione o Projeto de Lei nº238/2014, de relatoria da vereadora professora Jacqueline (PPS), que altera os nomes de três escolas que funcionam em comunidades indígenas, no Rio Negro.

A Escola Municipal Aleixo Bruno, na comunidade Terra Preta, será Escola Municipal Yayumbwewa Rendawa Maku Arú Waimi; a Escola Municipal Três Unidos, na comunidade de mesmo nome, será Escola Municipal Kanata T-Ykua; por último, a Escola Municipal Boas Novas, na Comunidade Viva Nova Esperança, será Escola Municipal Puranga Pisasú.

A troca dos nomes foi decidida em acordo entre educadores e as lideranças indígenas das comunidades, com o objetivo de preservar a cultura dos povos indígenas, seus costumes, crenças e tradições. O texto, que tramitou pelas comissões da Câmara Municipal de Manaus (CMM) em regime de urgência, foi aprovado pelo Plenário nesta quarta-feira (3).



Índios chegam a Marapanim-PA para os Jogos Tradicionais Indígenas

SÍTIO GLOBO ESPORTE, 04.09.2014

V Jogos Tradicionais Indígenas serão realizados na praia de Marudá, distrito de Marapanim, nordeste do Pará, a partir desta quinta-feira, até o dia 10 de setembro

Os índios convidados Pataxó e Xerente foram as primeiras etnias a chegar para os IV Jogos Tradicionais Indígenas, que serão realizados na praia de Marudá, distrito de Marapanim, nordeste do Pará, a partir desta quinta-feira (4), até o dia 10 de setembro. Toda a programação é aberta ao público.

Os Pataxó são da região sul do estado da Bahia. Eles viajaram dois dias e duas noites, com saída da aldeia na última segunda-feira, até chegar a Marudá, no alojamento que fica a quatro quilômetros da praia, em um ramal conhecido como "do Paixão". O ônibus que transportou os índios também levou seus instrumentos musicais, artesanato, arcos, flechas e muitos cocares.

A delegação dos Pataxó é composta de 39 pessoas. Timbira Pataxó, 44 anos, juntamente com Jaguatirica, são os responsáveis pela delegação.

- Fomos encarregados pelo cacique Zeca Pataxó a liderar nosso povo aqui nos jogos. Estamos muito agradecidos por isso. Sempre que participamos desse tipo de competição aqui no Pará somos bem recebidos, e estamos muito felizes de estar aqui. Nosso povo Pataxó é muito guerreiro. Fomos os primeiros a ter contato com os portugueses quando eles chegaram ao Brasil. Os outros povos que tiveram esse primeiro contato já foram extintos, mas conseguimos sobreviver e estamos aqui para contar a história - acrescentou Timbira.

A etnia Pataxó é a mesma que recebeu a seleção alemã de futebol nos preparativos para a Copa do Mundo de Futebol 2014. Eles são um povo de muitas tradições, que tem a alegria como marca. Nesta quinta-feira (4), os Pataxó serão um dos principais elementos na cerimônia do Acendimento do Fogo Sagrado, na praça de Marudá, quando farão a evocação dos espíritos para que os jogos sejam abençoados e para que tudo corra bem. Essa cerimônia marca a parte religiosa do evento.

Festa

A outra etnia que chegou praticamente junto com os Pataxó foi a dos Xerente, oriunda do município de Tocantins, localizado no Estado homônimo. A delegação é composta de 34 integrantes, que viajaram cerca de 17 horas até chegar a Marudá.

Edson Xerente, 34 anos, é o responsável pela delegação. Dentro da oca destinada a eles, o barulho era grande por conta da conversa, em português e na língua nativa ao mesmo tempo. Edson disse que eles estão empolgados com a participação nos jogos.

CONT.



- Fomos convidados a fazer demonstrações da nossa cultura, mas queremos participar competindo também. Temos grandes atletas de futebol, e eu mesmo jogo no nosso time - informou.

Os Xerente levaram para Marudá grandes toras de madeira, que estão sendo trabalhadas manualmente para fiquem em exposição na área destinada ao artesanato indígena que fica na orla do balneário.

Estrutura

Toda infraestrutura para os Jogos Indígenas já está pronta, recebendo apenas os retoques finais. Um dos espaços é a arena de competição com as arquibancadas com capacidade para três mil pessoas e uma área para 200 convidados.

O restaurante que fica ao lado do alojamento dos indígenas já está em plena atividade, e começou a funcionar nesta quarta-feira. A capacidade é para 700 pessoas, servindo café, almoço e jantar. A estrutura geral também conta com uma sala de imprensa com capacidade para 40 usuários, ao lado da arena. Tanto no alojamento, quanto na arena, há uma estrutura de saúde, equipada para primeiros-socorros, além de ambulâncias.

Na praia de Marudá, além da arena de competições, em quatroocas estão um infocentro e cinemateca, uma para exposição fotográfica e exposição e venda de artesanato indígena, outra para oficinas – que serão ministradas pelo Projeto Biizu, da Secretaria de Estado de Comunicação (Secom) – e o Fórum Indígena, e uma última para informações turísticas. A programação nas ocas e arena começa sempre às 15 horas e é gratuita.

A abertura oficial dos IV Jogos Tradicionais Indígenas é na sexta-feira (5), às 17 horas, na arena de competições montada na praia de Marudá, mas já pela manhã, nesse dia, haverá um congresso técnico, no qual as regras da competição serão discutidas e acertadas. Além das competições tradicionais na arena de Marudá, as partidas de futebol serão disputadas, a partir do sábado (6), no campo do Bacuriteua, na estrada da praia do Crispim, e nos estádio Araujão, e as competições de canoagem e natação, na localidade Vista Alegre, também em Marapanim, no dia 9.